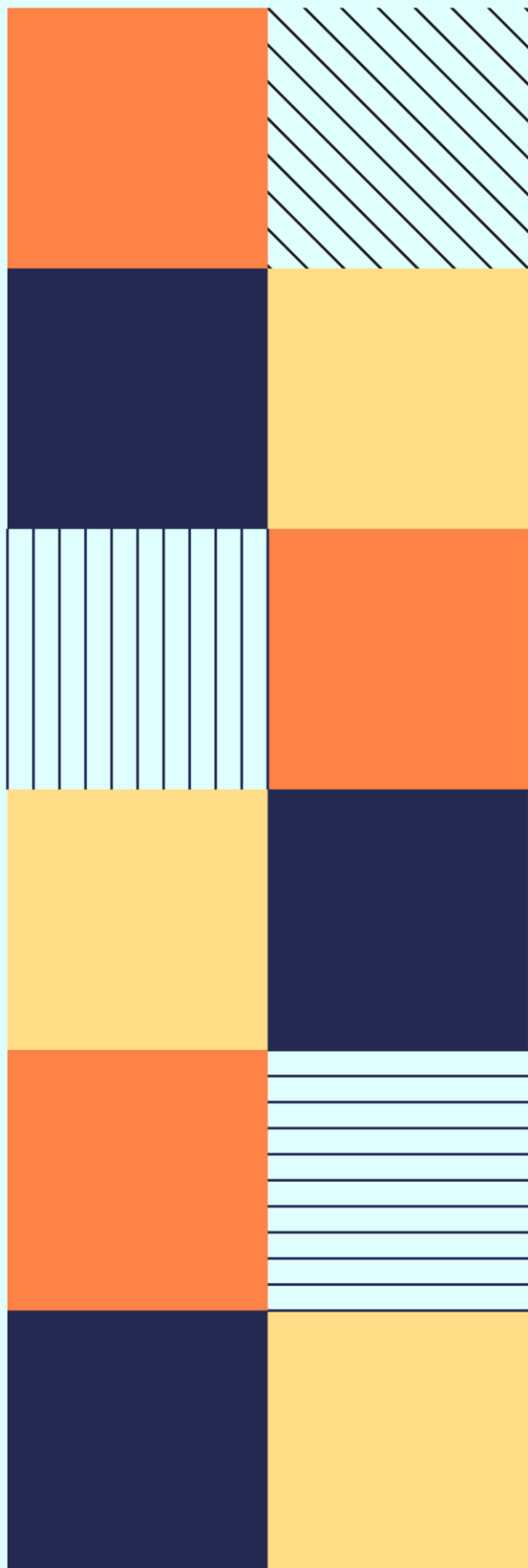
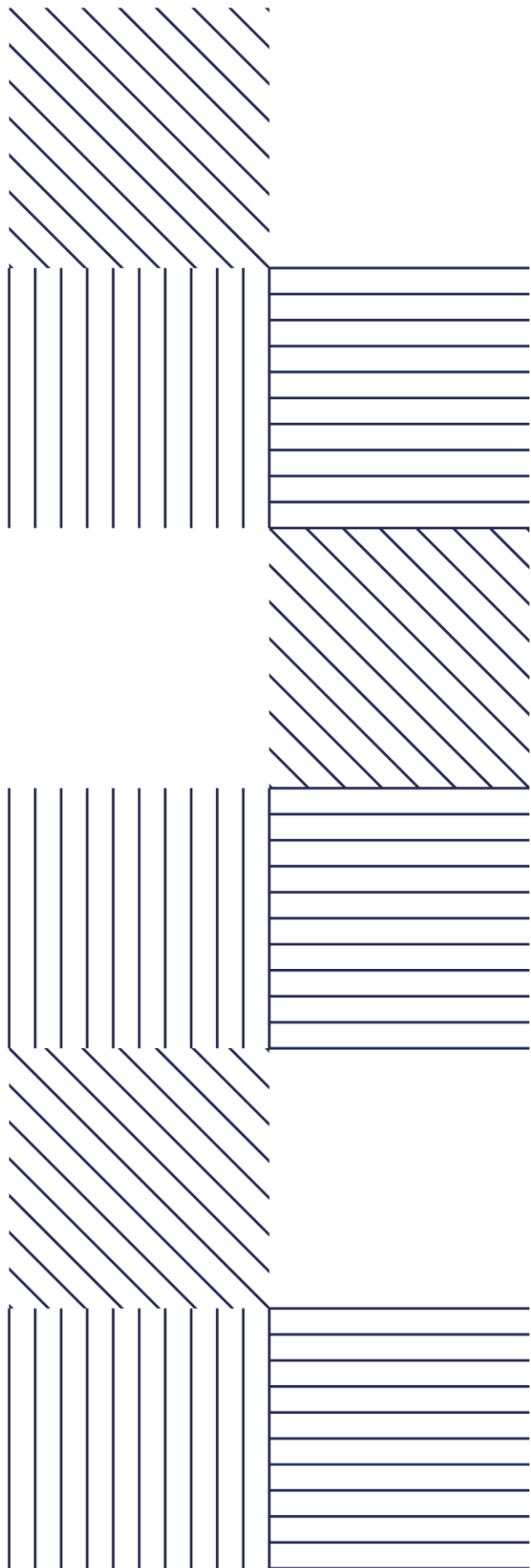




INTRODUÇÃO AO **TERCEIRO SETOR**

Erick Viana da Silva

 **Editora
IIDV**



INTRODUÇÃO AO **TERCEIRO SETOR**

Erick Viana da Silva



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Erick Viana da
Introdução ao terceiro setor [livro eletrônico] /
Erick Viana da Silva. -- 1. ed. -- Recife, PE :
Instituto Internacional Despertando Vocações,
2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-88970-45-4

DOI: <https://doi.org/10.31692/978-65-88970-45-4>

1. Terceiro setor - Administração 2. Terceiro
setor - Brasil 3. Terceiro setor - Leis e
legislação - Brasil I. Título.

24-226891

CDD-658

Índices para catálogo sistemático:

1. Terceiro setor: Administração 658

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Introdução ao Terceiro Setor

Autor

Erick Viana da Silva

Prefácio

Kilma da Silva Lima Viana

Posfácio

Cadmo José Victor Dias Viana

Editoração e diagramação

Mariana Almeida Ferreira Lima

Revisão

Mariana Almeida Ferreira Lima

ISBN

978-65-88970-45-4

DOI

<https://doi.org/10.31692/978-65-88970-45-4>

Editora

Instituto Internacional Despertando Vocações (IIDV)



Prefácio

Iniciar uma instituição no Terceiro Setor é um ato de coragem, idealismo e, acima de tudo, compromisso com o impacto social. Quando fundamos o Instituto IDV, o cenário que se apresentava era desafiador, mas também repleto de oportunidades. O Terceiro Setor é, em essência, um espaço onde a esperança se encontra com a ação, e a transformação se torna possível, mesmo diante de circunstâncias adversas.

Ao longo dos anos, percebemos que o Terceiro Setor, muitas vezes entendido como um campo assistencialista ou filantrópico, vai muito além dessas definições superficiais. Ele se constitui como uma poderosa força de transformação social, que atua na lacuna deixada pelo Estado e pelo setor privado. Não se trata apenas de oferecer serviços; trata-se de empoderar pessoas, fortalecer comunidades e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A obra que você tem em mãos oferece uma oportunidade valiosa para que novas gerações de acadêmicos, gestores, voluntários e entusiastas compreendam a importância do Terceiro Setor e como ele pode ser gerido de forma eficiente e ética. A experiência que tivemos em primeira mão, construindo uma instituição do zero, me mostrou que a capacitação técnica e a administração profissionalizada são tão importantes quanto o coração e o propósito que movem nossas ações.

No Terceiro Setor, estamos constantemente navegando entre a idealização de um mundo mais justo e a realidade de lidar com desafios diários, como a escassez de recursos, a necessidade de transparência e a construção de confiança com os diversos públicos que atendemos. Nesse processo, aprendemos que as alianças com o governo e o setor privado, bem como a habilidade de mobilizar a sociedade civil, são essenciais para que as instituições alcancem seus objetivos e permaneçam sustentáveis a longo prazo.

O Dr. Erick Viana aborda esses temas de forma clara e prática, convidando o leitor a explorar as diferentes facetas do Terceiro Setor: desde a criação de uma ONG até a importância da governança, a visão crítica e a elaboração de projetos que realmente façam a diferença. Ao longo das páginas, conceitos e teorias são apresentados lado a lado com exemplos práticos, como os que vivenciamos no Instituto IDV e em outras instituições que atuam diretamente nesse campo.

O Terceiro Setor tem um potencial inegável de catalisar mudanças sociais, ambientais e econômicas. No entanto, também enfrenta o risco de ser cooptado por interesses que desviam suas ações de seu verdadeiro propósito: a justiça social. É crucial que as organizações mantenham-se vigilantes, tanto em relação à sua missão quanto às estruturas de poder em que estão inseridas.

Convido, portanto, os leitores a refletirem sobre o papel do Terceiro Setor. Reconhecer sua importância é apenas o primeiro passo; é igualmente necessário questionar suas

limitações, contradições e a capacidade de promover mudanças profundas. O Terceiro Setor pode ser uma ferramenta poderosa para a transformação, mas isso só será possível se mantiver sua essência crítica e combativa, sem perder de vista o compromisso com as populações marginalizadas e vulneráveis.

Escrevo com a convicção de que o Terceiro Setor não é apenas um campo de trabalho, mas uma escolha de vida. Um espaço onde os sonhos de transformação se encontram com as necessidades reais da sociedade, e onde o desejo de mudança é traduzido em ação concreta. Espero que essa obra inspire mais pessoas a se engajarem, seja fundando novas instituições, seja apoiando as já existentes, sempre com o propósito de construir um mundo mais justo, inclusivo e sustentável.

Dr.^a Kilma da Silva Lima Viana
Co-fundadora do Instituto Internacional Despertando Vocações

Sumário

10 Perspectiva histórica do Terceiro Setor

25 Origem e evolução do Terceiro Setor

- 25 Surgimento das primeiras organizações voluntárias e filantrópicas
- 32 Evolução durante a Idade Média: o papel da igreja católica e as ordens religiosas
- 34 O impacto da reforma protestante e do iluminismo no conceito de caridade e assistência social

37 O Terceiro Setor na Era Moderna

- 37 As transformações econômicas e sociais do século XIX e o surgimento das organizações de caridade modernas
- 41 O desenvolvimento do Estado de bem-estar social e o impacto sobre o Terceiro Setor
- 47 As Organizações Não Governamentais (ONGs) no contexto da industrialização e urbanização

52 O Terceiro Setor no século XX

- 52 O Impacto das Guerras Mundiais no Terceiro Setor
- 56 As décadas de 1960 e 1970: movimentos sociais e o papel do Terceiro Setor em direitos civis, ambientais e de gênero
- 61 A década de 1980 e o surgimento de novos paradigmas: neoliberalismo, globalização e o Terceiro Setor

67 O Terceiro Setor no contexto global contemporâneo

- 67** O papel do Terceiro Setor na era da globalização
- 79** O desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 da ONU
- 90** Desafios e oportunidades para o Terceiro Setor no século XXI
- 96** O Terceiro Setor no oriente
- 101** O Terceiro Setor nos EUA
- 107** O Terceiro Setor na Europa

112 O Terceiro Setor no Brasil

- 112** Histórico do Terceiro Setor no Brasil: das Santas Casas às organizações contemporâneas
- 118** O papel das ONGs Brasileiras na democratização e nos Direitos Humanos
- 125** A legislação brasileira e o Terceiro Setor: avanços e desafios
- 130** Estudos de caso de organizações brasileiras de destaque
- 139** A visão marxista sobre o Terceiro Setor e a RSC
- 143** Greenwashing e Socialwashing

145 Síntese dos principais pontos discutidos

148 Reflexão sobre o papel histórico do Terceiro Setor e suas perspectivas futuras

- 150** Implicações para políticas públicas e práticas sociais

152 Referências

157 Posfácio

Perspectiva histórica do Terceiro Setor

Definição do Terceiro Setor

A definição do Terceiro Setor é amplamente discutida em diversas literaturas acadêmicas e relatórios institucionais. De acordo com Salamon e Anheier (1997), o Terceiro Setor é composto por organizações voluntárias, sem fins lucrativos, que se diferenciam do governo e do setor privado. Tais definições também podem ser encontradas nos relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e no trabalho de Fernandes (1994), que detalha as características e a evolução das organizações do Terceiro Setor no Brasil.

O trabalho de Fernandes (1994), oferece uma análise detalhada das características e da evolução das organizações do Terceiro Setor no Brasil, contextualizando-as dentro do panorama mais amplo da América Latina. Fernandes explora como essas organizações emergiram e se desenvolveram em resposta a necessidades sociais que não eram plenamente atendidas pelo Estado ou pelo mercado.

O autor define o Terceiro Setor como um conjunto de organizações que operam entre o Estado e o mercado, caracterizadas por serem sem fins lucrativos, autônomas, e orientadas para a promoção do bem público. Ele descreve como essas organizações variam em tamanho, escopo e

missão, mas compartilham um compromisso comum com causas sociais, culturais e ambientais. Traça a evolução histórica das organizações do Terceiro Setor no Brasil, desde as primeiras iniciativas filantrópicas no período colonial, como as Santas Casas de Misericórdia, até o surgimento de ONGs modernas nos séculos XX e XXI. Ele destaca períodos-chave, como a ditadura militar (1964-1985), durante a qual muitas organizações emergiram para defender direitos humanos e promover a democratização.

Fernandes (1994) discute o impacto da redemocratização brasileira na década de 1980 sobre o Terceiro Setor. Durante esse período, houve uma proliferação de ONGs e movimentos sociais que buscavam influenciar políticas públicas e promover justiça social. O autor argumenta que a abertura política permitiu uma maior participação dessas organizações na formulação de políticas públicas e no monitoramento do governo. O estudo também explora os desafios enfrentados pelo Terceiro Setor no Brasil, incluindo questões de sustentabilidade financeira, governança, e a necessidade de maior transparência e prestação de contas. Fernandes discute como essas organizações precisam equilibrar suas missões sociais com as exigências práticas de gestão e captação de recursos. Nessa perspectiva, analisa as dinâmicas de relacionamento entre o Terceiro Setor, o Estado, e o mercado no Brasil. Ele descreve como, ao longo do tempo, o Terceiro Setor tem desempenhado tanto um papel complementar quanto de contraponto ao Estado, especialmente em áreas como saúde, educação, e direitos humanos. Ele também discute a crescente interação com o

setor privado, seja através de parcerias ou financiamento. Conclui que o Terceiro Setor desempenha um papel vital na sociedade brasileira, não apenas como prestador de serviços sociais, mas também como um ator importante na promoção da cidadania ativa e na construção de um espaço público mais democrático e inclusivo.

O trabalho de Fernandes (1994) é uma referência fundamental para entender o desenvolvimento e o impacto do Terceiro Setor no Brasil e na América Latina. Sua análise proporciona uma visão crítica sobre as dinâmicas sociais e políticas que moldaram essas organizações e destaca a importância do Terceiro Setor como um ator chave no processo de democratização e na promoção de políticas públicas inclusivas. Essa obra continua sendo uma fonte importante para pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais do setor, oferecendo insights valiosos sobre os desafios e as oportunidades que o Terceiro Setor enfrenta em contextos socioeconômicos variados.

O papel do Terceiro Setor na sociedade moderna é amplamente discutido por autores como Anheier (2014) e Defourny e Develtere (2009), que destacam a função dessas organizações na promoção da coesão social, inclusão e defesa dos direitos humanos.

Os trabalhos de Anheier (2014) e de Jacques Defourny e Patrick Develtere (2009) oferecem abordagens complementares e abrangentes sobre o Terceiro Setor, explorando suas características, evolução, e impacto na sociedade moderna. Ambos os estudos destacam a

importância crescente do Terceiro Setor no contexto global e fornecem análises profundas sobre como essas organizações operam em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos.

Anheier (2014) oferece uma visão abrangente sobre o Terceiro Setor, concentrando-se em organizações sem fins lucrativos e seus papéis múltiplos em sociedades modernas. Define o Terceiro Setor como composto por organizações voluntárias e sem fins lucrativos, que são diferenciadas por sua missão social, orientação para o bem público e autonomia do governo e do setor privado. Ele explora diversas teorias que explicam a existência e a persistência dessas organizações, incluindo a teoria da falha de mercado, a teoria da falha do governo, e a teoria da escolha pública. Anheier enfatiza a importância da gestão eficaz e da boa governança no Terceiro Setor. Ele argumenta que as organizações sem fins lucrativos enfrentam desafios únicos de gestão devido à sua estrutura de financiamento, dependência de voluntários, e necessidade de equilibrar múltiplos stakeholders. Anheier também discute a necessidade de maior transparência, responsabilidade, e profissionalização para garantir a sustentabilidade e eficácia dessas organizações.

Anheier destaca o impacto social significativo do Terceiro Setor, incluindo a promoção da inclusão social, a defesa dos direitos humanos, e o fortalecimento da coesão social. Ele também explora o papel do Terceiro Setor na promoção da democracia participativa e no preenchimento das lacunas deixadas pelos setores público e privado. Trata dos desafios contemporâneos enfrentados pelo Terceiro Setor,

como a necessidade de inovação, adaptação tecnológica, e sustentabilidade financeira em um ambiente econômico em mudança. Ele também destaca as oportunidades de crescimento, especialmente através de parcerias intersetoriais e da utilização de novas tecnologias.

Complementarmente, Jacques Defourny e Patrick Develtere (2009) exploram a diversidade do Terceiro Setor, enfocando particularmente a "economia social" como uma parte crucial desse setor. Introduzem o conceito de "economia social", que se refere a um segmento do Terceiro Setor caracterizado por organizações que combinam objetivos sociais com métodos de operação empresariais. Essas organizações incluem cooperativas, associações mutualistas, e empresas sociais, que buscam equilibrar objetivos econômicos e sociais. Os autores traçaram a evolução histórica da economia social e como ela se manifestou em diferentes regiões ao redor do mundo. Eles destacaram que o Terceiro Setor, e a economia social em particular, têm diferentes expressões dependendo do contexto cultural, político e econômico, desde cooperativas agrícolas na África até empresas sociais inovadoras na Europa e América Latina.

Defourny e Develtere exploram como o Terceiro Setor interage tanto com o mercado quanto com o Estado. Eles argumentam que a economia social muitas vezes preenche uma lacuna deixada pelo Estado e pelo mercado, fornecendo bens e serviços onde estes falham ou onde há uma necessidade social não atendida. Os autores destacam a contribuição da economia social para o desenvolvimento sustentável, enfatizando que essas organizações promovem

modelos econômicos mais inclusivos, resilientes e sustentáveis. Eles apontam que a economia social é uma força importante para a inovação social, ajudando a promover práticas econômicas que são ambientalmente sustentáveis e socialmente responsáveis. Defourny e Develtere discutem os desafios enfrentados pela economia social, como a necessidade de reconhecimento legal e institucional, a competição com o setor privado, e a necessidade de atrair e reter talentos. Eles concluem que, para prosperar, a economia social deve continuar a inovar e se adaptar às mudanças sociais e econômicas.

Enquanto Anheier (2014) fornece uma visão ampla e teórica do Terceiro Setor, enfatizando a gestão, governança e impacto social, Defourny e Develtere (2009) concentram-se mais na economia social como um componente vital do Terceiro Setor, destacando sua diversidade e seu papel no desenvolvimento sustentável. Juntos, esses trabalhos oferecem uma compreensão rica e multidimensional do Terceiro Setor, destacando sua importância crescente na sociedade contemporânea e os desafios e oportunidades que enfrenta no futuro.

Adicionalmente, os relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) enfatizam a importância das Organizações Não Governamentais (ONGs) e de outras organizações do Terceiro Setor na implementação de agendas globais, destacando seu papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável, da paz, dos direitos humanos, e da justiça social. Esses relatórios sublinham que, devido à sua flexibilidade, presença local e capacidade de mobilização

social, as ONGs são parceiros indispensáveis para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e outras metas internacionais. Os relatórios da ONU, como o *Sustainable Development Goals Report* (2020), destacam que as ONGs e outras organizações do Terceiro Setor são essenciais para alcançar os ODS. Elas desempenham papéis vitais na implementação de projetos locais, promovendo práticas sustentáveis, e garantindo que as vozes das comunidades marginalizadas sejam ouvidas. As ONGs são particularmente importantes em áreas como erradicação da pobreza, promoção da igualdade de gênero, proteção ambiental, e educação de qualidade.

De acordo com o *World Humanitarian Data and Trends Report* (2019), as ONGs têm sido fundamentais na promoção e defesa dos direitos humanos. Elas atuam como defensoras em cenários de conflito e pós-conflito, fornecendo assistência humanitária e ajudando a monitorar e denunciar violações de direitos. As ONGs também promovem justiça social ao apoiar reformas políticas, defender o Estado de direito, e capacitar comunidades para participar ativamente nos processos democráticos.

Relatórios, como o *Global Humanitarian Overview* (2021), ressaltam o papel das ONGs na resposta a crises humanitárias e desastres naturais. Elas frequentemente são as primeiras a responder a emergências, fornecendo ajuda essencial, como alimentos, água, abrigo e cuidados médicos. Devido à sua capacidade de operação ágil e conhecimento local, as ONGs são capazes de prestar assistência rapidamente, ajudando a salvar vidas e a reconstruir comunidades após desastres. No

relatório *The State of Civil Society Report* (2020), a ONU reconhece as ONGs como agentes chave de *advocacy*, capazes de mobilizar apoio popular e pressionar governos e organizações internacionais para adotar políticas progressistas e inclusivas.

Advocacy é um termo que se refere a uma série de ações estratégicas e organizadas destinadas a influenciar políticas públicas, legislação, práticas sociais ou a opinião pública em favor de uma causa específica, geralmente de interesse social ou coletivo. A prática de *advocacy* é comumente associada ao trabalho de organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, grupos de defesa de direitos, e outros atores do Terceiro Setor que buscam promover mudanças positivas na sociedade. O principal objetivo do *advocacy* é influenciar os processos de tomada de decisão de autoridades governamentais, formuladores de políticas, instituições públicas e privadas, ou a opinião pública em geral. Isso pode incluir a promoção de novas leis, a mudança de políticas públicas existentes, a melhoria de práticas administrativas, ou o aumento da conscientização sobre questões sociais ou ambientais.

Advocacy envolve uma série de ações estratégicas, como campanhas de conscientização, lobby junto a legisladores, participação em audiências públicas, redação de propostas de políticas, criação de coalizões e alianças, organização de protestos e manifestações, uso de mídias sociais e tradicionais, e produção de relatórios e pesquisas para fundamentar suas posições. Uma prática de *advocacy* eficaz é geralmente fundamentada em dados, pesquisas, e evidências sólidas que

sustentam os argumentos e propostas defendidas. Isso ajuda a aumentar a credibilidade da causa e a influenciar os tomadores de decisão com argumentos bem fundamentados. Advocacy frequentemente envolve o engajamento de comunidades afetadas pela questão em pauta, promovendo a participação ativa das pessoas na defesa de seus próprios direitos e interesses. Isso pode incluir a mobilização de grupos de base, a facilitação de diálogos entre diferentes partes interessadas, e o apoio ao desenvolvimento de lideranças locais.

Muitas iniciativas de advocacy estão centradas em questões de justiça social, direitos humanos, igualdade de gênero, saúde pública, sustentabilidade ambiental, educação, e outros temas de interesse coletivo. A ideia é promover mudanças que melhorem a qualidade de vida, garantam direitos, e promovam a equidade. Podemos subvidir a prática de Advocacy em:

- a) Advocacy Político:** que foca em influenciar diretamente os legisladores e formuladores de políticas. Isso pode incluir lobby, reuniões com representantes eleitos, e esforços para influenciar a legislação.
- b) Advocacy Jurídico:** com o uso do sistema jurídico para promover mudanças, como por meio de litígios estratégicos, *amicus curiae* (amigo da corte), ou ações judiciais para desafiar leis e políticas existentes.
- c) Advocacy de Base (Grassroots Advocacy):** que envolve a mobilização de cidadãos comuns e comunidades locais para pressionar por mudanças políticas ou sociais,

geralmente através de campanhas populares, protestos, e movimentos de base.

d) Advocacy Midiático: na utilização da mídia tradicional e digital para sensibilizar e educar o público sobre uma questão, influenciando assim a opinião pública e pressionando os formuladores de políticas.

Advocacy é uma ferramenta poderosa para a promoção de mudanças sociais e políticas. Ao combinar ações estratégicas, engajamento comunitário, e uso eficaz de evidências e comunicação, o advocacy busca influenciar políticas públicas e práticas sociais para o benefício coletivo. É um componente essencial da sociedade civil e desempenha um papel vital na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As ONGs utilizam suas plataformas para educar o público, influenciar a opinião pública, e promover mudanças sociais significativas. Este trabalho é crucial na construção de sociedades mais resilientes e na promoção de um desenvolvimento sustentável inclusivo. Em *Partnerships for the SDGs Report* (2019), a ONU enfatiza que as ONGs são parceiras críticas em iniciativas de cooperação internacional. Elas colaboram com governos, o setor privado e outras organizações internacionais para promover os ODS e outras agendas globais. As ONGs oferecem expertise local e técnica, facilitam o diálogo entre diversas partes interessadas, e promovem a coesão social e a paz através de suas atividades colaborativas.

Apesar de seu papel vital, os relatórios da ONU também apontam desafios significativos enfrentados pelas ONGs, como a sustentabilidade financeira, a segurança em ambientes de conflito, e a necessidade de capacitação institucional. Relatórios como o *Global Trends: Forced Displacement in 2020* destacam a necessidade de maior apoio financeiro e logístico às ONGs para que elas possam continuar seu trabalho crítico em contextos complexos e voláteis.

Os relatórios da ONU sublinham a importância das ONGs e de outras organizações do Terceiro Setor como parceiros indispensáveis na implementação de agendas globais, especialmente no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com sua capacidade de promover inclusão social, fornecer serviços essenciais, defender direitos humanos, e mobilizar recursos locais, essas organizações desempenham um papel insubstituível na criação de um futuro mais justo, equitativo e sustentável. A ONU continua a incentivar o fortalecimento dessas parcerias e o apoio às ONGs para garantir o sucesso das metas globais.

A justificativa para um estudo sobre a evolução histórica do Terceiro Setor pode ser apoiada pelas obras de historiadores como Hall (1987) e McCarthy (2003), que analisam o desenvolvimento das organizações filantrópicas e de voluntariado ao longo do tempo, e pela análise crítica de Salamon (1995) sobre as mudanças nas dinâmicas sociais e políticas que influenciam o setor.

Estes trabalhos oferecem análises aprofundadas sobre o desenvolvimento histórico das organizações filantrópicas e de

voluntariado, destacando suas transformações ao longo do tempo e seu papel na sociedade. Cada autor aborda diferentes aspectos da evolução do Terceiro Setor, proporcionando uma compreensão abrangente de como essas organizações emergiram, evoluíram e continuam a influenciar as dinâmicas sociais e políticas.

Peter Dobkin Hall (1987) explora a origem e a evolução do Terceiro Setor nos Estados Unidos, com foco particular nas organizações filantrópicas e de voluntariado. Hall argumenta que as organizações filantrópicas e de voluntariado nos Estados Unidos surgiram como resposta às mudanças sociais e econômicas, especialmente durante a transição do século XIX para o século XX. Ele traça a evolução dessas organizações desde as sociedades de auxílio mútuo e grupos religiosos de caridade até as fundações filantrópicas modernas. Hall destaca como as organizações filantrópicas ajudaram a moldar a cultura cívica americana, promovendo valores de responsabilidade social, comunidade, e participação cívica. Ele argumenta que o Terceiro Setor desempenhou um papel crucial na criação de uma sociedade civil robusta, mediando entre o governo e os interesses privados. O autor discute a transição dessas organizações de estruturas informais baseadas em voluntariado para entidades mais profissionalizadas e institucionalizadas. Essa mudança, segundo Hall, foi impulsionada pela necessidade de maior eficiência, responsabilidade e impacto social.

Kathleen D. McCarthy (2003) analisa a história das práticas filantrópicas e voluntárias nos Estados Unidos, enfatizando como essas práticas contribuíram para o

desenvolvimento da sociedade civil, explora como a filantropia e o voluntariado moldaram a sociedade civil americana desde o período colonial até a Guerra Civil. Ela argumenta que essas práticas foram fundamentais para promover a coesão social, a educação e o bem-estar social. A autora destaca a diversidade de práticas filantrópicas e de voluntariado que surgiram nos Estados Unidos, variando de instituições de caridade religiosas a sociedades seculares de reforma social. McCarthy enfatiza como essas diferentes abordagens refletiam as necessidades e valores de suas respectivas épocas, também discute o papel das organizações filantrópicas e de voluntariado no apoio a movimentos sociais, como o abolicionismo e o movimento pelos direitos das mulheres. Ela argumenta que essas organizações foram cruciais para a mobilização social e a promoção de reformas sociais significativas.

Por outro lado, Salamon (1995) oferece uma análise crítica sobre a evolução das relações entre o governo e o Terceiro Setor, especialmente no contexto dos Estados de bem-estar social modernos. Salamon desenvolve a teoria da falha de mercado e de governo para explicar a existência e o crescimento das organizações sem fins lucrativos. Ele argumenta que essas organizações emergem para preencher lacunas deixadas tanto pelo mercado quanto pelo governo na provisão de bens e serviços públicos. Salamon analisa a evolução das relações entre organizações do Terceiro Setor e o governo, destacando como elas passaram de uma posição de adversidade para parcerias colaborativas. Ele explora como o Terceiro Setor tem sido fundamental na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços sociais. O autor

também aborda os desafios enfrentados pelo Terceiro Setor, como a dependência de financiamento governamental, a necessidade de maior responsabilidade e a pressão por eficiência. Salamon sugere que, apesar desses desafios, as organizações sem fins lucrativos são parceiras essenciais na promoção do bem-estar social e na inovação das políticas públicas.

Os trabalhos de Hall (1987), McCarthy (2003), e Salamon (1995) oferecem perspectivas complementares sobre o desenvolvimento histórico e o papel das organizações filantrópicas e de voluntariado. Hall e McCarthy se concentram mais na evolução e no impacto cultural e social dessas organizações, enquanto Salamon fornece uma análise crítica das relações entre o Terceiro Setor e o governo no contexto moderno. Juntos, esses autores oferecem uma compreensão abrangente de como as organizações do Terceiro Setor emergiram, evoluíram e continuam a desempenhar papéis cruciais na sociedade contemporânea.

Capítulo 1

Origem e evolução do Terceiro Setor

Surgimento das primeiras organizações voluntárias e filantrópicas

As primeiras organizações filantrópicas e voluntárias são discutidas por autores como Bremner (1988), que explora a caridade nas civilizações antigas, e Jones (1964), que descreve as práticas de assistência social em Roma e Grécia. Tais fontes detalham como a caridade e o voluntariado começaram a tomar forma organizada como práticas sociais significativas.

Os estudos de Finley (1985) e Weaver (1996) fornecem uma visão sobre o papel da caridade nas antigas civilizações de Egito, Grécia, e Roma, destacando a importância da filantropia e das práticas religiosas no atendimento às necessidades sociais. Finley (1985) explora como a caridade e a filantropia nas antigas civilizações eram profundamente enraizadas nas práticas religiosas e culturais. No Egito antigo, por exemplo, a caridade era muitas vezes vista como uma obrigação moral associada às crenças religiosas sobre o pós-vida e a justiça divina. Práticas como oferecer alimentos e bens aos necessitados estavam ligadas a rituais religiosos e à ideia de ganhar favor dos deuses. Na Grécia, a filantropia também

estava conectada à honra e à reputação pública; os cidadãos ricos financiavam eventos públicos e projetos comunitários como forma de demonstrar sua virtude e contribuir para o bem-estar social. Finley argumenta que essas práticas eram formas de consolidar a coesão social e reforçar as estruturas sociais existentes.

Por outro lado, Weaver (1996), destaca como, na Roma antiga, a caridade era influenciada tanto pela religião quanto pela política. A filantropia era usada pelos ricos e poderosos como uma ferramenta para ganhar apoio político e manter a ordem social. As práticas de caridade estavam frequentemente associadas ao dever cívico e eram usadas para reforçar as hierarquias sociais, onde os ricos proporcionavam aos pobres como uma forma de exibir seu poder e generosidade. Weaver também observa que a filantropia na Roma antiga era menos sobre o altruísmo puro e mais sobre a manutenção da ordem social e política. Ambos os estudiosos, Finley e Weaver, mostram que a caridade nas antigas civilizações de Egito, Grécia, e Roma não era apenas uma prática de benevolência desinteressada, mas estava intrinsecamente ligada às práticas religiosas e aos objetivos sociais e políticos. A filantropia era usada como um meio de consolidar o poder, reforçar as normas sociais e garantir a coesão social. Esses estudos destacam a complexidade do papel da caridade e da filantropia nessas civilizações antigas, revelando como essas práticas eram tanto uma ferramenta de controle social quanto um reflexo das crenças culturais e religiosas da época.

Na Grécia e em Roma antiga, o conceito de caridade e assistência social existia, mas não na forma moderna do

"Terceiro Setor" que conhecemos hoje. No entanto, as práticas filantrópicas e as ações de bem-estar social dessas civilizações foram precursoras importantes para o desenvolvimento de organizações não governamentais e entidades sem fins lucrativos que compõem o Terceiro Setor.

Na Grécia antiga, a filantropia era uma parte fundamental da vida social e cívica, ainda que não existisse um "Terceiro Setor" formal. A prática de "euergetismo" (do grego euergetēs, que significa "benfeitor") envolvia atos de generosidade pública realizados pelos cidadãos ricos. Essas ações eram motivadas por uma combinação de obrigação social, desejo de fama, e a busca por honra e reconhecimento dentro da pólis (cidade-estado). Os cidadãos ricos financiavam uma ampla gama de atividades públicas, desde a construção de edifícios e templos até a organização de festivais religiosos, teatros e competições esportivas. Essas ações eram vistas como uma forma de contribuir para o bem comum e fortalecer a coesão social. As obras financiadas por cidadãos ricos incluíam não apenas a infraestrutura pública, como aquedutos, pontes e mercados, mas também escolas e ginásios que serviam tanto para a educação quanto para o treinamento militar e físico. A filantropia na Grécia antiga era altamente motivada pelo status social. Através de doações generosas, os cidadãos ricos buscavam melhorar sua posição social e obter uma forma de imortalidade, sendo lembrados por suas contribuições à comunidade. Isso era frequentemente uma forma de aumentar o prestígio e a influência política dentro da cidade-estado.

Na Roma antiga, a filantropia também desempenhou um papel significativo na estrutura social, mas tinha características

diferentes, refletindo a complexa rede de relações sociais e políticas do Império Romano. A prática de "liberalitas" (liberalidade) e "munificência" (generosidade) era incentivada entre a elite romana, que usava a caridade para manter o apoio político e social.

As elites romanas frequentemente distribuíam alimentos aos pobres, organizavam jogos e espetáculos públicos (*panem et circenses*) para ganhar apoio popular e manter a ordem social. Essas práticas eram tanto um dever cívico quanto uma estratégia para reforçar o controle social e político. Assim como na Grécia, os romanos ricos financiavam construções públicas, incluindo banhos públicos, arenas, teatros e templos. No entanto, em Roma, isso também era uma forma de demonstrar poder e lealdade ao Estado, e era esperado que os homens de elite usassem parte de suas fortunas para tais fins. A relação de patrocínio era central para a sociedade romana, onde um patrono (patrocinador) rico fornecia suporte financeiro e proteção para seus clientes (clientes), que retribuíam com apoio político e fidelidade. Esse sistema criava uma rede de obrigações mútuas que reforçava as hierarquias sociais e políticas.

Embora na Grécia e em Roma antigas não existisse um Terceiro Setor formalmente reconhecido como hoje, suas práticas de filantropia e caridade eram formas rudimentares de apoio social que continham elementos do que hoje consideramos o Terceiro Setor. Em ambas as civilizações, a filantropia era uma prática comum entre as elites, usada tanto para melhorar o bem-estar social quanto para consolidar poder e influência política. Na Grécia, a filantropia estava mais

diretamente ligada ao conceito de honra e virtude cívica, enquanto em Roma, além do status, era também uma ferramenta explícita de controle social e político. As ações de caridade nas duas civilizações tinham um impacto significativo na vida cotidiana, proporcionando infraestrutura, eventos culturais e sociais, e, em alguns casos, assistência direta aos mais pobres. No entanto, essas práticas não eram voltadas para a promoção de igualdade ou justiça social no sentido moderno, mas sim para manter a estabilidade social e política. Essas práticas antigas estabeleceram as bases para o desenvolvimento posterior de instituições de caridade e organizações sociais, que evoluíram ao longo dos séculos para se tornar o que hoje chamamos de Terceiro Setor.

Bremner (1988), oferece uma análise detalhada das primeiras organizações filantrópicas e voluntárias, explorando suas origens, evolução e impacto na sociedade. Discute como a filantropia e o voluntariado emergiram como respostas a necessidades sociais específicas e como essas práticas evoluíram ao longo do tempo, moldando o desenvolvimento do Terceiro Setor.

Bremner argumenta que as primeiras manifestações de filantropia e voluntariado podem ser encontradas em práticas religiosas e comunitárias das sociedades antigas, onde a caridade era vista como uma virtude moral e um dever cívico. Ele destaca que, durante a Antiguidade e a Idade Média, essas práticas eram predominantemente conduzidas por instituições religiosas, como igrejas e mosteiros, que estabeleciam hospitais, orfanatos e outros serviços de assistência. Com a chegada da Era Moderna, Bremner identifica uma transição

significativa nas práticas filantrópicas. Durante o Renascimento e a Reforma Protestante, a caridade começou a ser vista não apenas como uma obrigação religiosa, mas também como um esforço cívico para promover o bem-estar social. Essa mudança foi acompanhada pela criação de sociedades de caridade laicas e fundações filantrópicas, que buscavam abordar questões como pobreza, saúde pública e educação.

No contexto dos Estados Unidos, Bremner explora como as práticas de filantropia e voluntariado se desenvolveram desde o período colonial até o século XX. Ele argumenta que, desde os primeiros colonos, a filantropia foi usada como uma ferramenta para construir e manter comunidades, fornecer serviços sociais e promover a educação. No século XIX, com a industrialização e o crescimento urbano, as necessidades sociais cresceram, e as organizações filantrópicas evoluíram para atender a essas demandas emergentes, frequentemente criando novas instituições sociais e educacionais. O autor discute o impacto social e político das primeiras organizações filantrópicas e voluntárias. Ele destaca como essas organizações ajudaram a moldar a sociedade civil, promovendo valores como responsabilidade social, solidariedade e cidadania ativa. Elas também foram pioneiras na defesa de reformas sociais e na promoção de causas como abolição da escravidão, direitos das mulheres, e melhorias nas condições de trabalho. Argumenta, também, que, ao longo do tempo, essas organizações passaram por um processo de profissionalização e institucionalização.

A partir do final do século XIX, com a influência de filantropos como Andrew Carnegie e John D. Rockefeller, houve

um movimento em direção a uma filantropia mais estruturada e estratégica, focada não apenas na caridade imediata, mas na resolução de problemas sociais de longo prazo.

Bremner (1988) fornece uma visão abrangente da evolução das organizações filantrópicas e voluntárias, destacando como essas entidades emergiram e se adaptaram ao longo do tempo para atender às necessidades sociais em constante mudança. Seu trabalho sublinha a importância dessas organizações na construção de uma sociedade civil robusta e na promoção de mudanças sociais significativas, estabelecendo as bases para o desenvolvimento do Terceiro Setor como o conhecemos hoje. A análise de Bremner continua a ser uma referência fundamental para entender as origens e o impacto das práticas filantrópicas e de voluntariado na sociedade.

Evolução durante a Idade Média: o papel da igreja católica e as ordens religiosas

A influência da Igreja Católica na caridade durante a Idade Média é bem documentada por Rubenstein (2010) e Moore (1987), que discutem como as ordens religiosas estabeleceram as bases para práticas filantrópicas e de assistência.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na promoção da caridade e na assistência aos necessitados, uma influência bem documentada pelos estudos de Rubenstein (2010) e Moore (1987). Esses autores discutem como as ordens religiosas estabeleceram as bases para práticas filantrópicas e de assistência social que moldaram o desenvolvimento da caridade ao longo dos séculos. Rubenstein explica como a Igreja Católica consolidou sua posição como principal instituição de caridade durante a Idade Média, promovendo a caridade como um dever cristão essencial. Ele argumenta que a caridade era vista não apenas como um ato de compaixão, mas também como um meio de salvação pessoal e expressão de fé. As ordens religiosas, como os beneditinos, franciscanos e dominicanos, fundaram hospitais, albergues, e outras instituições para cuidar dos pobres, doentes, órfãos e peregrinos. Rubenstein destaca que essas iniciativas não apenas forneceram alívio imediato, mas também serviram

como centros de aprendizagem e disseminação de práticas caritativas e de assistência.

Moore, enfatiza a importância das ordens monásticas na institucionalização da caridade durante a Idade Média. Ele argumenta que os mosteiros se tornaram centros de caridade, oferecendo alimentação, abrigo e cuidados médicos, além de atuar como refúgios para os desamparados. Moore discute como a prática da caridade estava intrinsecamente ligada às obrigações espirituais dos monges, que viam o cuidado aos necessitados como uma forma de imitar a vida de Cristo. Ele também observa que a caridade monástica foi formalizada por meio de regras e regulações específicas, estabelecendo uma base institucional para a filantropia que influenciou a sociedade medieval e além.

Ambos os autores, Rubenstein e Moore, mostram como a Igreja Católica, através das ordens religiosas, estabeleceu as bases para as práticas filantrópicas e de assistência que perduraram durante a Idade Média. As ordens religiosas foram pioneiras em criar instituições e práticas que não apenas atendiam às necessidades imediatas dos pobres e doentes, mas também promoviam a caridade como uma parte central da vida espiritual e comunitária. Essas práticas ajudaram a moldar o desenvolvimento de um sistema de bem-estar social que influenciou profundamente as normas sociais e culturais da Europa medieval, estabelecendo precedentes para a assistência institucional e filantrópica que se desenvolveriam nos séculos seguintes.

O impacto da reforma protestante e do iluminismo no conceito de caridade e assistência social

O impacto da Reforma e do Iluminismo nas práticas de caridade é explorado por Jordan (2006) e van Leeuwen (1994), que oferecem uma análise das transformações ideológicas e sociais que moldaram a evolução do Terceiro Setor.

Os autores exploram o impacto profundo da Reforma Protestante e do Iluminismo nas práticas de caridade na Europa, destacando como esses movimentos transformaram a maneira como a sociedade encarava e praticava a filantropia e a assistência social. Jordan analisa como a Reforma Protestante, iniciada no século XVI, alterou significativamente as práticas de caridade na Europa. Antes da Reforma, a caridade estava amplamente vinculada à Igreja Católica, que promovia a doação aos pobres como um meio de alcançar a salvação pessoal. Com a Reforma, houve uma mudança teológica que desafiou a ideia de que as boas obras eram necessárias para a salvação, enfatizando, em vez disso, a fé pessoal e a graça divina. Essa mudança teológica levou a uma reavaliação das práticas caritativas. Jordan argumenta que os reformadores protestantes, como Martinho Lutero e João Calvino, promoveram a ideia de que a caridade deveria ser organizada de maneira mais sistemática e racional, levando ao estabelecimento de instituições de caridade seculares e municipais, e enfatizando a educação e o trabalho como meios para aliviar a pobreza.

Van Leeuwen (1994) explora o impacto do Iluminismo no século XVIII sobre as práticas de caridade, destacando uma mudança de um enfoque religioso para um enfoque mais racional e humanista. O Iluminismo promoveu a ideia de que a caridade deveria ser baseada na razão, na ciência e nos direitos humanos, em vez de ser apenas uma expressão de piedade religiosa. Van Leeuwen mostra como os pensadores iluministas começaram a ver a pobreza como um problema social que poderia ser solucionado por meio de reformas educacionais, econômicas e sociais, em vez de simplesmente ser aliviado por esmolas e doações. Isso levou ao desenvolvimento de novas abordagens para a caridade, incluindo a criação de sociedades filantrópicas e instituições voltadas para a melhoria das condições sociais através da educação, saúde pública e bem-estar social.

Ambos os autores, Jordan e van Leeuwen, destacam como a Reforma e o Iluminismo transformaram radicalmente as práticas de caridade na Europa. A Reforma trouxe uma abordagem mais institucional e sistemática para a caridade, promovendo a ideia de que o alívio da pobreza deveria ser gerido de forma mais racional e organizada. Por outro lado, o Iluminismo introduziu uma abordagem mais secular e humanista, vendo a caridade como uma responsabilidade social que deveria ser baseada na razão e no progresso humano. Essas mudanças ajudaram a moldar o desenvolvimento das modernas práticas filantrópicas e de assistência social, levando à criação de instituições seculares e políticas públicas voltadas para a justiça social e o bem-estar coletivo.

Capítulo 2

O Terceiro Setor na Era Moderna

As transformações econômicas e sociais do século XIX e o surgimento das organizações de caridade modernas

O surgimento das organizações de caridade modernas no século XIX é bem documentado por autores como Davis Smith (1995) e Owen (1964), que descrevem o impacto das transformações sociais e econômicas do período. Ambos autores analisam o impacto das transformações sociais e econômicas da Idade Moderna no desenvolvimento do Terceiro Setor, discutindo como essas mudanças moldaram a evolução das organizações sem fins lucrativos e de voluntariado. Para Davis Smith o foco central é o crescimento e a diversificação do Terceiro Setor durante a Idade Moderna, destacando como as transformações econômicas, como a Revolução Industrial, e sociais, como a urbanização e a mudança das estruturas familiares, criaram novas necessidades sociais que o Estado e o setor privado não conseguiam atender completamente. Ele argumenta que essas mudanças levaram ao surgimento de uma variedade de organizações de caridade e voluntariado que

visavam preencher as lacunas deixadas por outros setores. Smith destaca que o Terceiro Setor passou a ser visto como um meio essencial para promover a coesão social e responder a emergências sociais e econômicas, ganhando maior importância no cenário social e político da época.

Owen, por sua vez, analisa a evolução das práticas de caridade e assistência social na Idade Moderna, destacando a transição de um modelo de caridade baseado na beneficência pessoal e religiosa para um modelo mais estruturado e institucional. Ele enfatiza que as mudanças econômicas e políticas, como o crescimento do capitalismo e a expansão do papel do Estado, influenciaram significativamente a natureza e o papel do Terceiro Setor. Owen argumenta que o desenvolvimento de novas instituições de caridade e o aumento da regulamentação e supervisão pública refletiam uma tentativa de tornar a caridade mais eficiente e racional, alinhando-a com as necessidades emergentes de uma sociedade em rápida transformação.

Davis Smith e Owen, ressaltam que o Terceiro Setor na Idade Moderna foi moldado por profundas transformações sociais, econômicas e políticas. Eles destacam que o crescimento do Terceiro Setor foi tanto uma resposta às novas necessidades criadas por essas mudanças quanto uma tentativa de tornar as práticas de assistência social mais eficientes e sistemáticas. As organizações sem fins lucrativos e de voluntariado emergiram como atores cruciais na promoção da coesão social e no atendimento às demandas sociais que os setores público e privado não conseguiam suprir sozinhos. Esses estudos ajudam a entender como o Terceiro Setor evoluiu

para se tornar uma parte integral da sociedade moderna. Drucker, em seus trabalhos como *Managing the Nonprofit Organization* (1990), explora como o crescimento e a profissionalização do Terceiro Setor são respostas às mudanças econômicas e sociais modernas. Ele argumenta que as organizações sem fins lucrativos passaram a adotar práticas de gestão mais empresariais para se adaptar a um ambiente em constante mudança, com foco em eficácia e impacto social.

Nem todos os autores possuem perspectivas coincidentes sobre o Terceiro Setor. Em *The Great Transformation* (1944), Polanyi examina o impacto das mudanças econômicas e sociais, como a transição para o capitalismo de mercado, nas formas de solidariedade social e organização comunitária. Embora não se concentre diretamente no Terceiro Setor, suas ideias sobre a resposta social ao mercado livre influenciaram a compreensão sobre o desenvolvimento das organizações de caridade e voluntariado. Polanyi discutiu como a transição para uma economia de mercado no século XIX levou à desintegração das formas tradicionais de proteção social e à necessidade de um novo tipo de intervenção estatal para garantir a estabilidade social e econômica. Ele argumentou que o Estado de bem-estar social emergiu como uma resposta para conter os efeitos destrutivos do mercado livre. Salamon, um dos principais estudiosos do Terceiro Setor, aborda em *The Resilient Sector* (2003) e *America's Nonprofit Sector: A Primer* (1999), como as transformações econômicas e sociais, como a desindustrialização, o crescimento dos serviços e as mudanças nas políticas públicas, influenciaram o crescimento e a

diversificação do setor sem fins lucrativos. Ele discute a dependência crescente de fundos governamentais e contratos para sobrevivência e a necessidade de inovação e adaptação.

O desenvolvimento do Estado de bem-estar social e o impacto sobre o Terceiro Setor

As origens do Estado de bem-estar social remontam ao final do século XIX e início do século XX, como uma resposta às transformações sociais, econômicas e políticas resultantes da industrialização, urbanização e das pressões sociais para melhorar as condições de vida das populações. O conceito de Estado de bem-estar social se refere a um modelo de governo no qual o Estado assume a responsabilidade de proteger e promover o bem-estar econômico e social de seus cidadãos, por meio de políticas públicas que garantem acesso a serviços essenciais como saúde, educação, previdência social e habitação. A rápida industrialização no século XIX trouxe grandes mudanças econômicas e sociais, incluindo a migração massiva de populações rurais para áreas urbanas e o surgimento de uma classe trabalhadora industrial. Isso resultou em problemas sociais como pobreza, más condições de trabalho, falta de moradia e saúde precária. Essas questões sociais geraram a necessidade de um novo tipo de intervenção estatal.

O primeiro marco significativo na criação do Estado de bem-estar social moderno foi a introdução de um sistema de seguridade social na Alemanha pelo chanceler Otto von Bismarck na década de 1880. Este sistema incluía seguro de saúde, seguro de acidente de trabalho e pensões para a velhice e invalidez, e foi concebido tanto para melhorar a vida dos

trabalhadores quanto para conter o crescimento do socialismo e fortalecer o Estado. Após a Primeira Guerra Mundial, vários países europeus começaram a expandir suas políticas de bem-estar social para incluir uma gama mais ampla de benefícios sociais. A Grande Depressão da década de 1930 e o impacto devastador da Segunda Guerra Mundial incentivaram ainda mais os governos a intervir mais diretamente na economia e na sociedade para proteger os cidadãos de riscos econômicos e sociais. Embora Keynes (1936) não tenha sido diretamente um teórico do Estado de bem-estar, suas ideias econômicas influenciaram significativamente o desenvolvimento dessas políticas. Keynes, durante a grande depressão argumentou que o governo deveria intervir na economia para regular o ciclo econômico, promovendo o emprego pleno e o crescimento econômico. Suas ideias sobre a necessidade de políticas fiscais e monetárias ativas forneceram a base teórica para muitos aspectos do Estado de bem-estar social.

Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de Estado de bem-estar social se expandiu significativamente, especialmente na Europa Ocidental e América do Norte. O relatório Beveridge, de 1942, no Reino Unido, foi um marco importante que delineou um plano abrangente para a criação de um sistema de seguridade social, saúde universal e emprego pleno como parte de um contrato social renovado, propôs um sistema abrangente de seguridade social que cobriria todos os cidadãos "do berço ao túmulo." Beveridge argumentou que o Estado deveria combater os "cinco grandes males" da sociedade: carência, doença, ignorância, miséria e ociosidade. Outros países europeus seguiram com políticas semelhantes,

estabelecendo sistemas de saúde universal, previdência social, seguro-desemprego e benefícios familiares.

Richard Titmuss, um dos principais teóricos britânicos do Estado de bem-estar, fez contribuições significativas para a compreensão do Terceiro Setor e do papel das políticas sociais na sociedade. Titmuss acreditava que o Terceiro Setor – que inclui organizações voluntárias, caritativas e sem fins lucrativos – desempenha um papel crucial na promoção da solidariedade e da coesão social. Ele argumentava que a provisão de serviços sociais através do Terceiro Setor poderia complementar o Estado de bem-estar, promovendo um senso de comunidade e responsabilidade mútua entre os cidadãos. Foi um crítico da privatização e da mercantilização dos serviços sociais. Ele acreditava que a introdução de princípios de mercado na provisão de serviços de saúde e bem-estar poderia corroer os valores de solidariedade e altruísmo. Em seu trabalho "The Gift Relationship" (1970), Titmuss argumenta contra a comercialização do sangue, defendendo um sistema de doação voluntária como uma forma de preservar os valores morais e éticos na sociedade, enfatizou que o Terceiro Setor deveria estar centrado na justiça social e na equidade. Ele defendeu a ideia de que as políticas sociais e o trabalho do Terceiro Setor devem buscar reduzir as desigualdades e promover a inclusão social, garantindo que todos os indivíduos tenham acesso a recursos e oportunidades essenciais. As ideias de Titmuss influenciaram a formulação de políticas no Reino Unido e em outros países, especialmente na forma como o Estado vê o papel do Terceiro Setor. Ele ajudou a moldar o debate sobre como as organizações voluntárias podem ser um parceiro

importante do Estado na prestação de serviços sociais, sem substituir o papel fundamental do Estado na garantia do bem-estar dos cidadãos.

Titmuss incentivou a colaboração e o diálogo entre o Estado e o Terceiro Setor, argumentando que uma parceria eficaz pode levar a um sistema de bem-estar social mais robusto e inclusivo. Ele via o Terceiro Setor como um complemento ao Estado, não como um substituto, ressaltando a importância de uma abordagem colaborativa na promoção do bem-estar social.

Marshall (1950) argumentou que o desenvolvimento do Estado de bem-estar social estava intrinsecamente ligado ao conceito de cidadania social. Ele identificou três tipos de direitos de cidadania — civis, políticos e sociais — e argumentou que o Estado de bem-estar social era uma extensão dos direitos sociais, fornecendo segurança econômica e igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. T. H. Marshall é amplamente reconhecido por sua teoria da cidadania e seus direitos sociais, que influenciou significativamente o entendimento do papel do Terceiro Setor no contexto do Estado de bem-estar social. Marshall desenvolveu a ideia de cidadania como composta de três elementos principais: direitos civis, políticos e sociais. Sua concepção de cidadania social envolve o direito ao bem-estar e à segurança social, o que implica que todos os cidadãos devem ter acesso a um mínimo de bem-estar econômico e segurança. O Terceiro Setor, nesse contexto, pode ser visto como um ator importante na promoção desses direitos sociais, especialmente quando o Estado não consegue suprir todas as necessidades da população. O autor sugeriu

que, enquanto o Estado é o principal garantidor dos direitos sociais, o Terceiro Setor desempenha um papel complementar importante. Organizações sem fins lucrativos e grupos comunitários podem ajudar a preencher lacunas na prestação de serviços sociais e atender às necessidades específicas de diferentes grupos dentro da sociedade, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento comunitário.

A teoria de Marshall sobre cidadania social inclui a ideia de que todos os cidadãos devem ter uma base comum de igualdade na sociedade. Ele viu o Terceiro Setor como um instrumento para promover essa igualdade, especialmente em áreas onde o Estado pode ser insuficiente. As organizações do Terceiro Setor podem ajudar a garantir que grupos marginalizados ou desfavorecidos tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades que o resto da sociedade. Também contribuiu para o entendimento de que o Terceiro Setor é fundamental para o desenvolvimento do capital social – as redes de relacionamentos, confiança e cooperação que facilitam a ação coletiva em benefício mútuo. Ao promover o envolvimento cívico e a participação comunitária, o Terceiro Setor fortalece o tecido social e apoia uma cidadania ativa e engajada.

De acordo com Marshall, a cidadania não é apenas uma questão de direitos, mas também de participação ativa na sociedade. O Terceiro Setor oferece um espaço para essa participação ativa, permitindo que os cidadãos se envolvam em atividades comunitárias, voluntariado e ação social. Isso fortalece a democracia ao permitir que os indivíduos expressem suas preocupações e participem na construção de

soluções para questões sociais. Reconheceu que o Terceiro Setor tem a capacidade de ser mais flexível e inovador do que o Estado na resposta às necessidades sociais. Organizações voluntárias e comunitárias podem experimentar novas abordagens e soluções para problemas sociais, servindo como laboratórios de inovação social. As contribuições de T. H. Marshall para o Terceiro Setor estão profundamente enraizadas em sua visão de uma sociedade inclusiva e equitativa, onde o bem-estar social é um direito de cidadania e o Terceiro Setor desempenha um papel vital na promoção dessa visão.

Esping-Andersen (1990), classificou os diferentes modelos de Estado de bem-estar social em três regimes: liberal, corporativo-conservador e social-democrata. Ele analisou como diferentes arranjos institucionais e políticas públicas moldaram as várias formas de Estados de bem-estar social, influenciando a distribuição de recursos e a desigualdade social. O Estado de bem-estar social surgiu como uma resposta às necessidades sociais e econômicas do século XIX e início do século XX, impulsionado pela industrialização, urbanização e as crises econômicas e sociais subsequentes. Os principais teóricos, como Beveridge, Polanyi, Titmuss, Marshall, Esping-Andersen e Keynes, contribuíram para o desenvolvimento e a compreensão desse modelo de proteção social, que busca garantir um nível mínimo de bem-estar e segurança econômica para todos os cidadãos. O Estado de bem-estar continua a evoluir em resposta a novos desafios sociais e econômicos, e suas origens e princípios fundamentais permanecem relevantes para as políticas públicas contemporâneas.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) no contexto da industrialização e urbanização

O papel das ONGs durante a industrialização é explorado por Boli e Thomas (1999), que examinam como as ONGs se adaptaram ao novo ambiente urbano e industrial. Um resumo abrangente com os principais elementos e teóricos que tratam do papel das ONGs durante a industrialização, conforme explorado por Boli e Thomas (1999), ajudará a traçar uma perspectiva desse período, destacando como essas organizações se adaptaram ao novo ambiente urbano e industrial. Faremos nos elementos essenciais, como o contexto histórico, as transformações sociais e econômicas, e as contribuições e adaptações das ONGs nesse período.

Durante a industrialização, as organizações não governamentais (ONGs) emergiram como importantes agentes de mudança social, adaptando-se ao ambiente urbano e industrial em transformação. Boli e Thomas (1999) discutem como essas organizações evoluíram em resposta às novas demandas sociais e econômicas, desempenhando papéis cruciais na promoção de direitos, educação, saúde, e bem-estar em meio a rápidas mudanças urbanas e industriais. A industrialização trouxe profundas mudanças econômicas e sociais, com a urbanização em massa e o crescimento das cidades industriais. O aumento das fábricas e a migração de trabalhadores rurais para as cidades criaram novas dinâmicas sociais, caracterizadas por desigualdades crescentes,

condições de trabalho precárias e uma lacuna crescente entre ricos e pobres. Problemas como a pobreza urbana, a falta de moradias adequadas, o trabalho infantil, e as condições de saúde deterioradas emergiram como grandes desafios. O crescimento da produção em massa e o capitalismo industrial alteraram significativamente as estruturas de trabalho e as relações de poder econômico. As ONGs emergiram como respostas organizadas a esses novos desafios, preenchendo lacunas deixadas pelos estados que estavam focados em promover o crescimento econômico. Muitas ONGs surgiram para promover a justiça social e os direitos dos trabalhadores, atuando como advogados e vozes dos marginalizados nas novas cidades industriais. ONGs desempenharam papéis cruciais na promoção de educação e saúde, especialmente em áreas urbanas superlotadas e carentes.

Boli e Thomas (1999) argumentam que as ONGs adaptaram suas estratégias e estruturas organizacionais para melhor se alinhar com o novo ambiente urbano-industrial. Destacam como as ONGs foram influenciadas por ideologias globalistas e como adotaram práticas e missões universais, adaptando-se rapidamente ao ambiente urbano-industrial. As ONGs começaram a operar mais como instituições formais, com estruturas organizacionais complexas para gerenciar suas operações em um ambiente urbano em rápida mudança. As ONGs tiveram que se adaptar de várias maneiras ao novo ambiente urbano e industrial. De um foco local e específico para um foco mais amplo e global, alinhando-se com princípios universais de justiça, direitos humanos, e bem-estar social. Formaram redes e parcerias com outras ONGs, governos, e

entidades privadas para aumentar seu alcance e eficácia. A transição para o ambiente urbano e industrial não foi sem desafios. As ONGs enfrentaram desafios na obtenção de recursos, na adaptação às novas regulamentações urbanas, e na tentativa de manter sua relevância em um ambiente em constante mudança. O ambiente urbano ofereceu novas oportunidades para a expansão de programas e para o engajamento com uma população mais diversificada e crescente. Dessa forma, as ONGs desempenharam papéis importantes na promoção e na criação de políticas públicas.

Muitas ONGs se envolveram ativamente na política, pressionando por reformas laborais, sociais e ambientais. Desenvolveram e implementaram modelos inovadores de serviços sociais que muitas vezes foram adotados pelos governos. Algumas ONGs se destacaram por suas atividades e influências durante este período como as que se concentraram na caridade urbana e no apoio aos mais pobres. Outros grupos que lutaram pelos direitos dos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho e a abolição do trabalho infantil. O impacto das ONGs durante a industrialização teve repercussões de longo prazo na sociedade. Criaram precedentes importantes para o trabalho social e a defesa de direitos que continuaram a evoluir no século XX e além. As ONGs continuam a ser atores importantes na cena global, moldando políticas e promovendo mudanças sociais.

Boli e Thomas também discutem as limitações e críticas às ONGs durante este período. Muitas ONGs enfrentaram desafios relacionados à dependência de financiamento externo, que às vezes influenciava suas agendas. Tecem

críticas sobre a eficácia real das ONGs em produzir mudanças sociais substanciais em meio a pressões industriais e urbanas. O estudo de Boli e Thomas (1999) sobre o papel das ONGs durante a industrialização revela a complexidade de sua adaptação ao novo ambiente urbano-industrial. As ONGs desempenharam papéis essenciais na resposta às necessidades sociais emergentes, moldando tanto políticas quanto práticas que influenciam o mundo até hoje. Suas adaptações e evoluções durante este período crucial sublinham a resiliência e a importância contínua do Terceiro Setor em um mundo em constante mudança.

Capítulo 3

O Terceiro Setor no século XX

O Impacto das Guerras Mundiais no Terceiro Setor

Os impactos das guerras mundiais no Terceiro Setor são analisados por Putnam (2000) e Gidron, Katz e Hasenfeld (2002), que discutem como as organizações se adaptaram aos novos desafios e necessidades emergentes.

As guerras mundiais tiveram impactos profundos e duradouros no Terceiro Setor, forçando organizações sem fins lucrativos, voluntárias e comunitárias a se adaptarem a novos desafios e a responderem a necessidades emergentes em contextos de crise. Este relato examina essas mudanças e adaptações, utilizando as análises de Putnam (2000), Gidron, Katz e Hasenfeld (2002), e outros estudiosos que exploraram como o Terceiro Setor se reconfigurou para enfrentar os desafios impostos pelas guerras globais.

Antes das guerras mundiais, o Terceiro Setor já desempenhava papéis importantes nas sociedades, principalmente em áreas como caridade, educação, e saúde

pública. No entanto, as guerras mundiais transformaram radicalmente o contexto em que essas organizações operavam.

Antes da Primeira Guerra Mundial as organizações de caridade e voluntárias estavam predominantemente focadas em ajudar os pobres e promover reformas sociais. Após seu início, a guerra exigiu uma mobilização massiva de recursos e alterou as prioridades sociais, levando muitas organizações a redirecionarem seus esforços para apoio de guerra, cuidados com feridos, e suporte para as famílias dos soldados. A Primeira Guerra Mundial marcou o início de mudanças significativas no Terceiro Setor. Muitas ONGs redirecionaram seus recursos para apoiar o esforço de guerra, incluindo o fornecimento de cuidados médicos e assistência a feridos e refugiados. O Terceiro Setor começou a colaborar mais estreitamente com o Estado para fornecer apoio social e logístico, estabelecendo um precedente para futuras parcerias público-privadas.

O período entre as guerras foi caracterizado por uma reconfiguração e expansão do Terceiro Setor. Durante este período ocorreu o crescimento de organizações internacionais que buscavam promover a paz e a cooperação internacional, como a Liga das Nações e a Cruz Vermelha Internacional com um movimento crescente em direção à profissionalização dentro do Terceiro Setor, com a adoção de práticas mais formalizadas e estruturadas para a gestão de organizações.

A Segunda Guerra Mundial teve impactos ainda mais profundos no Terceiro Setor com uma crise humanitária sem precedentes, com milhões de deslocados e refugiados,

aumentando a demanda por ajuda humanitária e assistência social. Organizações como a Cruz Vermelha e outras agências de socorro foram fundamentais na resposta a desastres e emergências, fornecendo assistência crítica em um cenário de devastação global. Putnam (2000) e Gidron, Katz e Hasenfeld (2002) destacam a adaptabilidade e resiliência das ONGs durante os tempos de guerra com uma notável flexibilidade, adaptando-se rapidamente às novas realidades do conflito e ajustando suas missões para responder às necessidades emergentes. A capacidade das ONGs de persistir e operar sob condições extremas foi crucial para sua sobrevivência e para o cumprimento de suas missões em tempos de crise.

A colaboração entre o Estado e o Terceiro Setor se intensificou durante e após as guerras através de alianças estratégicas com ONGs para fornecer serviços essenciais e apoio em tempo de guerra, estabelecendo um modelo para cooperação futura. A necessidade de cooperação internacional tornou-se evidente, e ONGs começaram a desempenhar papéis mais proeminentes em esforços internacionais de reconstrução e recuperação pós-guerra.

No período pós guerra as ONGs estiveram na vanguarda dos esforços de reconstrução e recuperação, especialmente na Europa devastada. Nesse período muitas ONGs expandiram suas missões para incluir promoção da paz, direitos humanos, desenvolvimento econômico, e cooperação internacional. As guerras mundiais criaram novos desafios e necessidades que moldaram o Terceiro Setor com a necessidade de apoio a refugiados e deslocados internos tornou-se um foco central para muitas ONGs. As pandemias e os desafios de saúde

pública resultantes da guerra forçaram as ONGs a ampliarem seus serviços e capacidades. Houve uma tendência crescente de profissionalização e formalização nas práticas de gestão e operação das ONGs com a adoção de novas tecnologias e práticas organizacionais para melhorar a eficácia e eficiência de suas operações. As guerras mundiais tiveram impactos profundos e de longo alcance no Terceiro Setor, levando a transformações significativas na forma como essas organizações operam e interagem com o Estado e a sociedade.

A profissionalização do Terceiro Setor é abordada por Frumkin (2002) e Edwards (2008), que detalham a evolução das ONGs em termos de estrutura organizacional e práticas de gestão.

As décadas de 1960 e 1970: movimentos sociais e o papel do Terceiro Setor em direitos civis, ambientais e de gênero

O papel do Terceiro Setor nos movimentos sociais dos anos 60 e 70 é explorado por Keck e Sikkink (1998), que analisam o impacto das ONGs em campanhas globais por direitos civis e ambientais. A Teoria de Redes Transnacionais de Ativismo de Keck e Sikkink, apresentada no livro "Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics" (1998), analisa como atores não estatais, como Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos de defesa, movimentos sociais e outros atores do Terceiro Setor, formam redes transnacionais para influenciar políticas públicas e promover mudanças sociais a nível global.

Os autores definem redes transnacionais de ativismo como conjuntos de atores que se articulam em torno de objetivos comuns, utilizando estratégias coordenadas para alcançar esses objetivos. Essas redes são formadas por diversos tipos de atores, incluindo ONGs, ativistas, movimentos sociais, jornalistas, intelectuais, representantes religiosos e, ocasionalmente, representantes de governos. A característica essencial dessas redes é a sua capacidade de transcender fronteiras nacionais, conectando atores de diferentes países e contextos culturais em uma estrutura que facilita o compartilhamento de informações, recursos e estratégias.

O principal objetivo das redes transnacionais de ativismo é promover mudanças sociais e políticas através da construção de consciência global sobre questões específicas, como direitos humanos, justiça ambiental, igualdade de gênero, entre outros. Essas redes funcionam como plataformas para mobilização, advocacy, e influência, tanto a nível nacional quanto internacional. Elas buscam influenciar as políticas públicas de governos e organizações internacionais, utilizando diferentes estratégias para pressionar por mudanças.

Keck e Sikkink identificam quatro mecanismos principais através dos quais essas redes transnacionais influenciam políticas públicas e promovem mudanças sociais:

- a) Política de Informações (Information Politics):** na qual as redes transnacionais de ativismo utilizam a informação como uma ferramenta fundamental para influenciar políticas e promover mudanças sociais. Elas coletam, analisam, e disseminam informações relevantes para chamar a atenção para questões de interesse. Este processo envolve a produção e distribuição de relatórios, documentos de políticas, campanhas de mídia e eventos públicos que visam sensibilizar a opinião pública e os formuladores de políticas sobre um problema específico. As redes frequentemente expõem violações de direitos humanos ou injustiças sociais que não são amplamente conhecidas, utilizando a informação para pressionar governos e instituições internacionais. O conceito de "politics of information" é fundamental para essas redes, pois elas se baseiam na capacidade de gerar e

disseminar informações estratégicas para mobilizar apoio e influenciar decisões políticas;

b) Simbolismo e Política Simbólica (Symbolic Politics):

que se refere ao uso estratégico de símbolos, ações ou eventos que têm forte carga emocional e significativa para mobilizar apoio e gerar simpatia para a causa. As redes de ativismo utilizam narrativas poderosas e símbolos culturais que ressoam com audiências locais e internacionais para sensibilizar e atrair apoio. Exemplos de política simbólica incluem o uso de imagens impactantes de vítimas de abusos, histórias pessoais de sobreviventes de violência, ou eventos simbólicos como protestos em locais icônicos. Essas ações visam despertar emoções e criar um senso de urgência em relação à causa defendida, o que pode ser crucial para mobilizar a opinião pública e influenciar políticas;

c) Pressão e Política de Pressão (Leverage Politics):

que envolve o uso de diversos tipos de pressão, tanto material quanto moral, para influenciar os tomadores de decisão. Isso pode incluir a formação de coalizões com outros atores poderosos, como governos aliados, instituições internacionais, ou grandes corporações que podem exercer pressão sobre um governo ou entidade para mudar suas políticas. As redes transnacionais de ativismo frequentemente utilizam o que Keck e Sikkink chamam de "boomerang pattern" (padrão de bumerangue). Nesse padrão, atores domésticos que enfrentam barreiras ou repressão em seus próprios países podem buscar apoio de atores transnacionais ou

internacionais. Estes, por sua vez, utilizam sua influência para pressionar diretamente o governo local, retornando a pressão ao ponto de origem, como um bumerangue;

d) Uso de Estruturas de Oportunidade Política (Accountability Politics): com atuação na responsabilização de governos e organizações internacionais por compromissos anteriores, sejam eles explícitos ou implícitos. A política de responsabilização envolve monitorar o comportamento dos governos e compará-lo com os padrões ou compromissos assumidos publicamente, expondo quaisquer discrepâncias ou falhas em cumprir tais compromissos. Por exemplo, se um governo ratificou um tratado internacional de direitos humanos, as redes podem monitorar o cumprimento dos padrões do tratado e destacar qualquer desvio ou violação. Essa prática visa não apenas responsabilizar os governos, mas também criar um senso de obrigação moral e política para que as promessas e compromissos sejam cumpridos.

A teoria de redes transnacionais de ativismo de Keck e Sikkink é crucial para entender como os movimentos sociais contemporâneos operam em um mundo globalizado. Ela destaca a importância das ONGs e outros atores do Terceiro Setor como facilitadores de mudanças sociais e políticas, utilizando a mobilização internacional, a disseminação de informações e a pressão pública para influenciar decisões políticas em vários níveis. Além disso, a teoria oferece uma estrutura para analisar a eficácia dessas redes em contextos variados, reconhecendo tanto o potencial transformador

quanto as limitações das redes transnacionais de ativismo. As ideias de Keck e Sikkink continuam a ser relevantes para estudiosos e ativistas interessados em entender e promover justiça social e direitos humanos em uma escala global.

A década de 1980 e o surgimento de novos paradigmas: neoliberalismo, globalização e o Terceiro Setor

Os novos paradigmas introduzidos na década de 1980 são discutidos por Clarke (2004) e Harvey (2007), que detalham o impacto do neoliberalismo e da globalização nas organizações do Terceiro Setor.

O neoliberalismo é uma corrente de pensamento econômico e político que emergiu no início do século XX e ganhou força significativa a partir da década de 1970. Sua origem está ligada a uma reação contra as políticas econômicas intervencionistas e de bem-estar social que se tornaram predominantes durante e após a Grande Depressão da década de 1930. O termo "neoliberalismo" foi cunhado na década de 1930 por intelectuais europeus que buscavam um caminho intermediário entre o liberalismo clássico *laissez-faire* e as economias de planejamento centralizado. Esses pensadores queriam modernizar o liberalismo clássico para lidar com os desafios econômicos e sociais de seu tempo, sem recorrer ao controle estatal total. Um evento significativo para o desenvolvimento do neoliberalismo ocorreu em 1938, em Paris, durante o Colóquio Walter Lippmann. Este encontro reuniu diversos intelectuais, como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, e Wilhelm Röpke, que discutiram a necessidade de renovar o liberalismo para lidar com as novas realidades econômicas e políticas.

O neoliberalismo foi moldado por dois principais centros de pensamento: a Escola de Chicago e a Escola Austríaca de economia. A Escola de Chicago, liderada por economistas como Milton Friedman e George Stigler, defendia um mercado livre com o mínimo de interferência governamental, sustentando que a intervenção do Estado na economia deveria ser drasticamente reduzida para promover a liberdade econômica e a eficiência de mercado. A Escola Austríaca, representada por figuras como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, também desempenhou um papel fundamental. Eles enfatizavam a importância do mercado livre como um mecanismo de coordenação social, argumentando que a intervenção estatal distorcia os sinais de preços e levava à ineficiência econômica e à perda de liberdades individuais.

Após a Segunda Guerra Mundial, o neoliberalismo começou a se consolidar como uma alternativa ao keynesianismo, que dominou as políticas econômicas nas economias ocidentais. O keynesianismo, baseado nas ideias de John Maynard Keynes, defendia uma intervenção estatal ativa para gerenciar a demanda agregada e promover o pleno emprego e a estabilidade econômica. Em 1947, Friedrich Hayek fundou a Mont Pelerin Society, uma organização internacional de acadêmicos que se tornaria um fórum central para o desenvolvimento e a promoção das ideias neoliberais. Este grupo incluía pensadores influentes como Milton Friedman, Karl Popper, e Ludwig von Mises, e desempenhou um papel crucial na disseminação do pensamento neoliberal. A crise econômica global da década de 1970, caracterizada por estagflação (inflação combinada com estagnação econômica), fez com que

muitos governos ocidentais buscassem novas abordagens econômicas. Isso abriu caminho para a adoção de políticas neoliberais, que prometiam reduzir a inflação, aumentar a eficiência e estimular o crescimento econômico. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o neoliberalismo ganhou destaque político com a ascensão de líderes como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Ambos adotaram políticas de desregulamentação, privatização, redução de impostos, e cortes nos gastos sociais, buscando diminuir o papel do Estado na economia e promover mercados livres.

O neoliberalismo surgiu como uma resposta ao intervencionismo estatal crescente no início do século XX e como uma crítica ao socialismo e ao keynesianismo. Suas ideias foram desenvolvidas principalmente por economistas da Escola de Chicago e da Escola Austríaca, que argumentavam que os mercados livres eram a melhor maneira de organizar a sociedade e promover o crescimento econômico. Com a crise econômica dos anos 1970, o neoliberalismo se transformou em uma política econômica dominante em muitos países ocidentais, influenciando profundamente a forma como as economias globais são geridas até hoje.

Na década de 1980, ocorreram transformações significativas nos paradigmas que governam as organizações do Terceiro Setor, influenciadas principalmente pela ascensão do neoliberalismo e pela intensificação da globalização. Clarke (2004) e Harvey (2007) discutem essas mudanças e seus impactos profundos. Clarke (2004) argumenta que, à medida que os governos diminuíram seus gastos sociais, as ONGs e

outras organizações do Terceiro Setor foram incentivadas a preencher essas lacunas, assumindo responsabilidades que antes eram do setor público. Isso levou a uma maior dependência de fontes de financiamento privadas e internacionais, influenciando a autonomia e as prioridades dessas organizações. Harvey (2007) destaca a globalização como um fenômeno que transformou as operações do Terceiro Setor, ampliando suas redes de atuação e aumentando sua visibilidade global. A globalização facilitou o fluxo de informações, ideias e recursos financeiros entre fronteiras, permitindo que ONGs e outros atores do Terceiro Setor se engajassem em questões transnacionais, como direitos humanos e justiça ambiental. No entanto, também introduziu desafios, como a necessidade de competir em um mercado global por financiamento e reconhecimento, o que pode levar a uma mudança nas missões e estratégias das organizações para se alinhar com as expectativas dos doadores internacionais.

Ambos os autores apontam que essas mudanças paradigmáticas resultaram em uma transformação nas estruturas organizacionais e nas operações do Terceiro Setor. As organizações se tornaram mais profissionais e corporativas, adotando práticas de gestão e estratégias de mercado para aumentar a eficiência e a eficácia. Esse movimento, por vezes, provocou tensões entre os objetivos sociais e as demandas do mercado, alterando o foco de muitas organizações de advocacy para a prestação de serviços.

A influência do neoliberalismo e da globalização sobre o financiamento e a governança das ONGs muitas vezes desafiou

sua autonomia. Clarke (2004) argumenta que a dependência crescente de recursos externos e a pressão para mostrar resultados quantificáveis mudaram o foco das organizações, muitas vezes priorizando a viabilidade financeira sobre o impacto social de longo prazo. Harvey (2007) complementa essa visão, sugerindo que a globalização e o neoliberalismo exigiram que as ONGs se adaptassem às novas realidades econômicas, políticas e sociais, o que nem sempre estava alinhado com suas missões originais.

Os novos paradigmas introduzidos na década de 1980, conforme discutido por Clarke (2004) e Harvey (2007), transformaram profundamente o Terceiro Setor. O impacto do neoliberalismo e da globalização levou a uma maior complexidade nas operações e estruturas das organizações, desafiando-as a equilibrar a necessidade de sustentabilidade financeira com a missão social. Esses desenvolvimentos continuam a influenciar o modo como o Terceiro Setor funciona e evolui no contexto global contemporâneo.

Capítulo 4

O Terceiro Setor no contexto global contemporâneo

O papel do Terceiro Setor na era da globalização

A globalização é um processo multifacetado que envolve a crescente interconexão e interdependência dos países, economias, culturas, e populações em todo o mundo. Embora o termo "globalização" seja amplamente associado ao final do século XX, suas raízes remontam a períodos históricos muito anteriores, como as grandes explorações marítimas dos séculos XV e XVI, a era colonial e a Revolução Industrial. A globalização enquanto fenômeno histórico pode ser traçado desde a era dos descobrimentos nos séculos XV e XVI, quando exploradores europeus, como Cristóvão Colombo e Vasco da Gama, iniciaram viagens que conectaram a Europa ao Novo Mundo, África e Ásia. Esse período marcou o início do comércio global de larga escala, trocas culturais, e o estabelecimento de rotas comerciais internacionais.

Nos séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial impulsionou o crescimento do comércio internacional e a

interdependência econômica. Novas tecnologias de transporte, como navios a vapor e ferrovias, reduziram o tempo e o custo do transporte de bens, enquanto a produção em massa possibilitou o comércio em larga escala. A industrialização também incentivou a busca por novos mercados e fontes de matéria-prima, intensificando ainda mais a interconexão global. Durante os séculos XIX e início do XX, a expansão colonial europeia resultou na criação de vastos impérios, estendendo a influência política, econômica e cultural da Europa por todo o mundo. Este período de imperialismo consolidou a interdependência entre as nações, embora frequentemente em termos desiguais e exploratórios. Após a Segunda Guerra Mundial, a criação de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que mais tarde se tornou a Organização Mundial do Comércio (OMC), estabeleceram as bases para um sistema econômico global mais integrado. Essas instituições promoveram a liberalização do comércio e dos fluxos financeiros internacionais, facilitando uma maior interconexão econômica.

A segunda metade do século XX viu avanços rápidos na tecnologia, particularmente em comunicações e transportes, como a internet, a televisão por satélite, e o transporte aéreo de jatos comerciais. Essas inovações facilitaram a troca de informações e bens em uma escala global sem precedentes, permitindo que empresas, governos e indivíduos se conectassem e interagissem além das fronteiras nacionais. A partir dos anos 1980, como visto no capítulo anterior, teve o aumento da adoção de políticas neoliberais, promovendo o livre

comércio, a desregulamentação e a privatização, acelerou ainda mais a globalização.

Autores como Wallerstein (1974); Giddens (1990); Friedman (2005); Castells (1996); Held (1995); Sassen (1991) e Harvey (1989; 2003) discutem com profundidade diversos aspectos do fenômeno globalização na contemporaneidade e suas implicações. Wallerstein é conhecido por sua Teoria dos Sistemas-Mundo, que argumenta que a globalização é um processo histórico que data do início da expansão europeia no século XVI. Ele vê o mundo como uma única unidade econômica, composta de um núcleo capitalista desenvolvido, periferias menos desenvolvidas e semiperiferias que estão em transição entre esses dois polos. Giddens é um sociólogo britânico que escreveu extensivamente sobre o impacto da globalização na modernidade. Em seu livro "As Consequências da Modernidade" (1990), ele discute como a globalização afeta a vida social e cultural, enfatizando que é um processo que intensifica a "interconectividade" entre as pessoas em todo o mundo, desafiando as estruturas sociais e identidades tradicionais. Held, por sua vez, é um teórico político que discutiu amplamente a globalização em termos de governança global e democracia. Ele argumenta que a globalização cria novas formas de interdependência e sugere a necessidade de novas formas de governança que transcendem o Estado-nação, para lidar com questões globais como direitos humanos, mudanças climáticas e desigualdade.

Friedman, um jornalista e autor americano, popularizou muitos conceitos relacionados à globalização em seu livro "O Mundo é Plano" (2005). Ele argumenta que a globalização,

impulsionada pela tecnologia, criou um "campo de jogo nivelado" onde empresas e indivíduos de todo o mundo podem competir e colaborar mais facilmente. Embora suas ideias sejam criticadas por simplificar o impacto da globalização, Friedman oferece uma perspectiva acessível sobre as forças motrizes e consequências da globalização moderna. Castells, conhecido por sua obra "A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura". Ele argumenta que a globalização é parte de uma transição para uma sociedade em rede, onde as redes de informação, tecnologia e comunicação desempenham um papel central na economia e na vida social. Ele explora como essas redes estão mudando a estrutura da economia global e o impacto dessas mudanças nas relações sociais e culturais. Sassen em seu livro "A Cidade Global" (1991), examina como a globalização econômica e a financeirização impactam as grandes cidades, transformando-as em centros de controle econômico global, mas também exacerbando desigualdades e promovendo a exclusão social.

Por outra perspectiva, Harvey (1989), um dos principais críticos da globalização neoliberal, em seu livro "A Condição Pós-Moderna" (1989) e "O Novo Imperialismo" (2003), discute como a globalização está ligada ao capitalismo neoliberal e às práticas de acumulação por despossessão. Ele argumenta que a globalização, como atualmente praticada, amplia as desigualdades econômicas e redistribui a riqueza globalmente em favor dos países desenvolvidos e das elites econômicas.

A globalização é um fenômeno complexo que resultou da confluência de vários fatores históricos, econômicos, tecnológicos e políticos. Os autores mencionados oferecem

uma ampla gama de perspectivas sobre como a globalização surgiu, como opera e quais são seus impactos nas estruturas sociais, políticas e econômicas globais. Suas contribuições ajudam a entender a globalização como um processo em constante evolução, com profundas implicações para o futuro da sociedade global.

O papel do Terceiro Setor na era da globalização é explorado por autores como Scholte (2000) e Held e McGrew (2002), que discutem as dinâmicas globais e as interações transnacionais das ONGs.

As transformações tecnológicas das últimas décadas, especialmente a internet, as redes sociais e o crowdfunding, tiveram um impacto profundo no Terceiro Setor, composto por organizações não governamentais (ONGs), associações de caridade, fundações e outras entidades sem fins lucrativos. Essas tecnologias têm revolucionado a maneira como essas organizações operam, se conectam com seus públicos, levantam fundos e promovem suas causas.

A internet foi um divisor de águas para o Terceiro Setor, permitindo um alcance global sem precedentes e facilitando a comunicação instantânea entre organizações e suas audiências. Com a digitalização, ONGs e outras entidades do Terceiro Setor conseguiram alcançar audiências maiores e diversificadas. Websites, blogs e newsletters digitais são ferramentas poderosas para educar o público, divulgar causas e compartilhar resultados de impacto social. A comunicação digital facilita o engajamento contínuo com doadores, voluntários e beneficiários. Ferramentas como e-mails, chats

online e plataformas de webinars permitem um diálogo mais direto e personalizado. A adoção de tecnologias digitais ajudou a otimizar processos administrativos, desde a gestão de doações e financiamentos até o recrutamento e gestão de voluntários, permitindo que as organizações operem com maior eficiência e reduzam custos operacionais.

As redes sociais transformaram o modo como as organizações do Terceiro Setor mobilizam apoio e promovem suas causas. Plataformas como Facebook, Twitter, Instagram e LinkedIn oferecem um espaço dinâmico para campanhas de sensibilização, mobilização de base, e advocacy. O impacto das redes sociais no Terceiro Setor inclui o alcance de um público global rapidamente, aumentando a visibilidade de causas específicas e mobilizando apoio para campanhas, muitas delas com potencial viral nas redes sociais, como o Ice Bucket Challenge com o poder das plataformas digitais para engajar pessoas em escala massiva, arrecadando milhões em doações em curtos períodos.

As organizações podem criar comunidades online em torno de causas específicas, facilitando a troca de informações, experiências e recursos entre apoiadores e beneficiários. As redes sociais permitem uma comunicação bidirecional, onde as organizações podem obter feedback imediato de seus apoiadores e ajustar suas estratégias de comunicação e engajamento em tempo real. O crowdfunding emergiu como uma ferramenta inovadora de arrecadação de fundos no Terceiro Setor, permitindo que ONGs, projetos sociais e iniciativas comunitárias arrecadem pequenos montantes de um grande número de pessoas, geralmente via plataformas online

como Kickstarter, GoFundMe, e Indiegogo permitindo que organizações do Terceiro Setor diversifiquem suas fontes de financiamento além das doações tradicionais e subvenções governamentais, acessando diretamente uma base de doadores ampla e diversificada. As campanhas de crowdfunding frequentemente envolvem um alto grau de transparência, fornecendo atualizações contínuas sobre o progresso do projeto e resultados, o que pode aumentar a confiança e o engajamento dos doadores. O crowdfunding também permite que as organizações experimentem novas ideias e projetos em uma escala menor antes de buscar investimentos maiores, reduzindo riscos e testando a viabilidade de iniciativas inovadoras.

As transformações tecnológicas proporcionadas pela internet, redes sociais e crowdfunding tiveram um impacto significativo no Terceiro Setor, aumentando a capacidade das organizações de se comunicar, mobilizar apoio, e arrecadar fundos de maneira mais eficiente e inovadora. Essas tecnologias não apenas ampliaram o alcance e a eficácia do trabalho dessas organizações, mas também as capacitaram a criar um impacto social mais profundo e abrangente. No entanto, também trouxeram desafios, como a necessidade de se adaptar rapidamente às mudanças tecnológicas e garantir a segurança e a privacidade dos dados. À medida que o Terceiro Setor continua a evoluir na era digital, a capacidade de aproveitar essas tecnologias será crucial para seu sucesso futuro.

A influência das tecnologias modernas no Terceiro Setor é discutida por Bennett e Segerberg (2012) e Shirky (2008), que

exploram como as novas tecnologias estão transformando as estratégias e operações das ONGs.

Bennett e Segerberg (2012) e Shirky (2008) são dois estudiosos que examinaram o impacto das novas tecnologias, especialmente a internet e as mídias sociais, na transformação das estratégias e operações das Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais. Ambos destacam como as novas ferramentas digitais estão mudando a forma como as ONGs se organizam, mobilizam apoio, e engajam seus públicos.

Bennett e Segerberg (2012) expõem como as tecnologias digitais e as mídias sociais estão reformulando a forma como os movimentos sociais e as ONGs se organizam e mobilizam. Eles introduzem o conceito de "ação conectiva" (connective action) como um novo modelo organizacional que difere da "ação coletiva" tradicional. A Ação Coletiva consiste, tradicionalmente, em movimentos sociais e ONGs que utilizam a lógica de ação coletiva, que depende de estruturas organizacionais formais, liderança centralizada e mobilização de recursos para coordenar atividades e campanhas. Essa abordagem muitas vezes requer uma coordenação central para definir agendas, estabelecer estratégias e mobilizar participantes.

Na Ação Conectiva Bennett e Segerberg argumentam que as novas tecnologias permitem uma forma de organização mais descentralizada, que eles chamam de "ação conectiva". Nesta lógica, a coordenação é facilitada por redes digitais e a participação é mais individualizada e personalizada. As

peessoas se mobilizam não por pertencerem a uma organização formal, mas por meio de redes sociais digitais e plataformas online, onde o conteúdo compartilhado pode ser adaptado, personalizado e redistribuído por indivíduos. As tecnologias digitais, como as mídias sociais, facilitam a "ação conectiva" ao permitir que os indivíduos participem de campanhas e movimentos sem a necessidade de uma estrutura organizacional formal. Plataformas como o X, antigo Twitter, Facebook e outras mídias sociais permitem que os usuários criem e compartilhem conteúdo de maneira que promove a auto-organização, facilitando a coordenação de ações e eventos sem a necessidade de líderes ou hierarquias tradicionais.

Na lógica da ação conectiva, a participação é frequentemente motivada por motivos pessoais ou identitários e menos dependente de ideologias ou metas políticas comuns. As novas tecnologias permitem que os participantes adaptem as mensagens de acordo com suas próprias preferências e redes sociais, aumentando o alcance e a ressonância das campanhas. A "ação conectiva" oferece flexibilidade e capacidade de adaptação, permitindo que movimentos e ONGs respondam rapidamente a eventos em tempo real, como crises políticas ou desastres naturais. Essa flexibilidade é particularmente útil para campanhas que dependem de uma rápida mobilização de apoio público ou de resposta a eventos em evolução. As ONGs que adotam a lógica da "ação conectiva" podem operar com menos custos de transação e maior eficiência na mobilização de recursos. No entanto, isso também apresenta desafios, como a necessidade de manter a

coerência de mensagens e objetivos em um ambiente descentralizado e potencialmente fragmentado.

Shirky (2008) em seu livro "Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations" explora como as tecnologias digitais, particularmente a internet e as mídias sociais, estão permitindo que grupos se organizem de forma eficaz sem a necessidade de estruturas organizacionais tradicionais. Shirky argumenta que a internet mudou fundamentalmente o custo e a complexidade de coordenação, permitindo que pessoas comuns formem grupos, compartilhem informações e se mobilizem de maneiras novas e poderosas. Shirky argumenta que uma das maiores barreiras para a organização tradicional era o alto custo de coordenação. Antes da internet, a organização de pessoas em torno de uma causa ou projeto exigia estruturas formais, como reuniões presenciais, sistemas de comunicação complexos e uma liderança hierárquica para coordenar ações. A internet, no entanto, reduziu drasticamente esses custos de coordenação, permitindo que grupos se formem rapidamente com pouca ou nenhuma infraestrutura formal.

Assim como Bennett e Segerberg, Shirky vê a internet como um facilitador de organização descentralizada. Ele argumenta que as ferramentas digitais permitem que indivíduos se conectem diretamente uns com os outros, sem a necessidade de uma entidade centralizadora. Isso significa que as ONGs e movimentos sociais podem operar de forma mais flexível e responder rapidamente às mudanças nas condições políticas ou sociais. Shirky destaca que as novas tecnologias permitem que as pessoas comuns, que antes não tinham

acesso às plataformas de comunicação de massa, agora possam se tornar influentes em seus próprios direitos. Isso democratiza a capacidade de comunicação e mobilização, permitindo que pequenos grupos e até indivíduos desafiem organizações maiores e mais bem financiadas.

A capacidade das redes sociais viralizarem informações e mobilizarem rapidamente grandes grupos de pessoas é uma característica fundamental da era digital, como exemplificado por eventos como a Primavera Árabe, os protestos do Occupy Wall Street, e o movimento #MeToo. Shirky argumenta que essas tecnologias permitem uma nova dinâmica de mobilização, onde a adesão a causas pode crescer exponencialmente através de redes sociais. Embora Shirky celebre o potencial das novas tecnologias para facilitar a organização sem organizações, ele também reconhece os desafios e os riscos associados a essa nova forma de mobilização. Sem estruturas formais, pode ser difícil manter a coesão de grupo, assegurar a responsabilidade, e gerenciar conflitos internos. Além disso, a falta de liderança clara pode levar a dificuldades na definição de estratégias e metas de longo prazo.

Bennett e Segerberg (2012) e Shirky (2008) oferecem perspectivas complementares sobre como as novas tecnologias estão transformando as operações e estratégias das ONGs e movimentos sociais. Ambos destacam a capacidade das ferramentas digitais para facilitar a organização descentralizada, reduzir os custos de coordenação e empoderar indivíduos para se mobilizarem de maneiras novas e inovadoras. Ao mesmo tempo, reconhecem que essas

transformações também apresentam desafios, como a manutenção da coesão e a definição de metas em um ambiente altamente dinâmico e descentralizado. Essas mudanças têm implicações profundas para o futuro das ONGs e para a maneira como elas engajam e mobilizam apoio em um mundo cada vez mais digital e conectado.

O desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 da ONU

O papel do Terceiro Setor na Agenda 2030 é enfatizado nos relatórios da ONU e nas análises de Sachs (2015), que discutem como as ONGs estão colaborando para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030, adotada em 2015, é um plano de ação global que inclui os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos até 2030. O Terceiro Setor contribui significativamente para alcançar esses objetivos através de várias maneiras, como advocacy, mobilização comunitária, implementação de projetos locais e globais, e promoção de políticas públicas sustentáveis.

As organizações do Terceiro Setor são cruciais para aumentar a conscientização sobre os desafios do desenvolvimento sustentável, incluindo questões como pobreza, desigualdade, mudanças climáticas, e degradação ambiental. Essas organizações utilizam campanhas de advocacy para influenciar políticas públicas e pressionar governos e setores privados a adotar práticas sustentáveis. Elas frequentemente atuam como "cães de guarda" para garantir que os governos e as empresas cumpram seus compromissos em relação aos ODS. Além disso, muitas ONGs participam ativamente em fóruns internacionais e nacionais, promovendo a integração dos ODS em políticas e programas de desenvolvimento.

O Terceiro Setor é conhecido por sua capacidade de implementar projetos locais eficazes que contribuem para o desenvolvimento sustentável. ONGs, por exemplo, promovem iniciativas em áreas como educação, saúde, saneamento, agricultura sustentável, conservação ambiental, e energias renováveis, que estão diretamente ligadas aos ODS. Estas organizações frequentemente trabalham em estreita colaboração com comunidades locais, adaptando suas abordagens às necessidades específicas e contextos culturais, garantindo assim a sustentabilidade e a eficácia dos projetos.

O Terceiro Setor desempenha um papel importante na capacitação e empoderamento das comunidades para participar ativamente do processo de desenvolvimento sustentável. Ao fornecer treinamento, recursos e suporte técnico, essas organizações ajudam as comunidades a desenvolver suas próprias soluções para os desafios locais de sustentabilidade. Por meio da educação e da capacitação, as ONGs promovem o conhecimento sobre práticas agrícolas sustentáveis, gestão de recursos hídricos, empreendedorismo social, e outras habilidades que são fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável em nível local. As organizações do Terceiro Setor são frequentemente adeptas a mobilizar recursos financeiros e humanos para apoiar projetos de desenvolvimento sustentável. Elas atraem doações de indivíduos, empresas, fundações filantrópicas, e governos, criando um financiamento diversificado e sustentável para suas iniciativas, além disso, muitas ONGs atuam como facilitadoras de parcerias multissetoriais, conectando governos, setor privado, e comunidades locais para promover abordagens

colaborativas aos desafios do desenvolvimento sustentável. Essas parcerias são essenciais para o sucesso da Agenda 2030, pois nenhum setor isoladamente pode alcançar todos os ODS.

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015). Este é o documento central adotado pelos Estados membros da ONU em 2015, que estabelece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até 2030. A Agenda 2030 é um marco de referência para o Terceiro Setor, pois define claramente os desafios globais e as áreas prioritárias para ação, como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, ação climática, e parcerias para o desenvolvimento. Ainda em 2015 foi construído o Plano de Ação de Addis Abeba adotado na Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, que reconhece o papel crucial das ONGs e do setor privado na mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável. Ele propõe estratégias para fortalecer parcerias público-privadas e multissetoriais para alcançar os ODS.

A Declaração de Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) foi adotada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a Declaração do Rio estabeleceu princípios importantes que guiam o desenvolvimento sustentável e o papel da sociedade civil, incluindo o Terceiro Setor. Este documento enfatiza a importância da participação de ONGs e outros grupos da sociedade civil na formulação e implementação de políticas ambientais.

De forma complementar temos os Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O PNUD publica regularmente relatórios que analisam o progresso em direção aos ODS e destacam o papel das ONGs e outras entidades do Terceiro Setor no avanço do desenvolvimento sustentável. Esses relatórios fornecem dados e análises sobre o impacto das iniciativas do Terceiro Setor em diversas áreas, como educação, saúde, e igualdade de gênero. Também, são importantes documentos orientadores para o Terceiro Setor os Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que fornecem uma base científica para as políticas climáticas globais e destacam a necessidade de ação coordenada entre governos, setor privado e Terceiro Setor para enfrentar os desafios climáticos. ONGs e outras entidades do Terceiro Setor desempenham um papel fundamental na promoção da ação climática e na mobilização de apoio para políticas sustentáveis.

O Terceiro Setor também desempenha um papel crucial no monitoramento e avaliação do progresso em direção aos ODS. Muitas ONGs desenvolvem e implementam sistemas de monitoramento independentes para rastrear o progresso dos projetos de desenvolvimento sustentável e avaliar o impacto das políticas públicas. Por meio de relatórios, pesquisas e estudos de caso, essas organizações fornecem dados e evidências importantes que podem ser usados para ajustar estratégias e políticas, contribuindo para que as iniciativas de desenvolvimento sustentável possam ser eficazes e responsivas às necessidades das populações-alvo.

As ONGs frequentemente lideram a inovação social e tecnológica, experimentando novas abordagens e soluções para problemas complexos. Elas utilizam tecnologias emergentes para promover a sustentabilidade, como soluções digitais para agricultura sustentável, aplicativos para monitoramento de recursos naturais, e plataformas online para educação e conscientização ambiental. Essas inovações são frequentemente replicadas e escaladas, não apenas dentro do Terceiro Setor, mas também por governos e setor privado, ampliando seu impacto e contribuindo significativamente para o avanço da Agenda 2030.

O Terceiro Setor contribui diretamente para vários ODS como, por exemplo, para reduzir a pobreza extrema por meio de programas de capacitação, microfinanças, e desenvolvimento comunitário (ODS 1); na promoção da Saúde e Bem-Estar (ODS 3) com organizações de saúde sem fins lucrativos, na implementação de programas de saúde pública, vacinação, e nutrição em comunidades vulneráveis; ONGs educacionais promovem o acesso à educação de qualidade para crianças e adultos, especialmente em áreas rurais e desfavorecidas contribuindo, assim com a Educação de Qualidade (ODS 4); na (ODS 5) fortalecem ações através de ONGs feministas e de direitos humanos com a promoção da igualdade de gênero e combate à violência contra mulheres e meninas; organizações ambientais trabalham na conservação de ecossistemas, reflorestamento, e advocacy para políticas climáticas mais rigorosas atuando, dessa forma na Ação Climática (ODS 13); as ONGs de direitos humanos e justiça social promovem a transparência, a justiça e a construção da paz em áreas de

conflito colaborando com a Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16).

O Terceiro Setor é um parceiro essencial na implementação da Agenda 2030 da ONU e no avanço do Desenvolvimento Sustentável. Suas capacidades únicas de mobilização comunitária, inovação social, advocacy, monitoramento e avaliação fazem dele um ator vital na promoção dos ODS. À medida que o mundo se esforça para alcançar os objetivos da Agenda 2030, a colaboração com ONGs e outras entidades do Terceiro Setor será crucial para garantir que o desenvolvimento seja inclusivo, sustentável e capaz de enfrentar os desafios globais do nosso tempo.

Até o momento, 2024, poucos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram completamente alcançados antes de 2030. De acordo com relatórios da ONU, apenas cerca de 17% das metas apresentam progresso significativo globalmente. Entre essas, os avanços mais notáveis estão relacionados ao acesso básico a infraestrutura, como o aumento do uso da internet e da banda larga móvel (ODS 9), assim como melhorias no acesso à eletricidade (ODS 7) e na redução da mortalidade de menores de cinco anos (ODS 3). Por outro lado, muitas metas estão enfrentando retrocessos, principalmente devido ao impacto da pandemia de COVID-19, mudanças climáticas e conflitos geopolíticos. Mais de um terço das metas estão estagnadas ou em regressão, como aquelas relacionadas à erradicação da pobreza extrema e à fome. Isso significa que, apesar de alguns avanços, ainda há muito trabalho a ser feito para alcançar os ODS até 2030, e esforços globais precisam ser acelerados nos próximos anos.

Alguns dos principais autores que discutem o tema Terceiro Setor concordam em muitos aspectos sobre sua relevância, mas discordam sobre alguns aspectos como poderemos ver em Brown (2009) que discute a necessidade urgente de um novo plano global para o desenvolvimento sustentável, destacando o papel das ONGs e de outras organizações da sociedade civil na mobilização de esforços globais para enfrentar as crises ambientais e sociais. Singer (2009) oferece uma visão crítica sobre o Terceiro Setor, questionando a eficácia de suas ações para alcançar um desenvolvimento social sustentável. Ela discute como as ONGs e outras organizações do Terceiro Setor podem, em alguns casos, substituir o papel do Estado, mas nem sempre conseguem oferecer soluções duradouras ou combater as causas estruturais da desigualdade social. Sachs (2015) argumenta, por sua vez a favor do envolvimento ético e da responsabilidade de indivíduos e organizações para com a justiça global e o combate à pobreza extrema, enfatizando o papel crítico das ONGs e outras entidades do Terceiro Setor na promoção do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, Edwards (2004; 2010) analisa o papel das ONGs e da sociedade civil no avanço do desenvolvimento sustentável e questiona a crescente "mercantilização" do Terceiro Setor, enfatizando a importância de uma sociedade civil robusta e independente, adota uma visão crítica, argumentando que o Terceiro Setor pode ser cooptado por interesses empresariais ou governamentais. Ele sugere que, em vez de ser um espaço para inovação social, muitas vezes as ONGs reproduzem as mesmas desigualdades e hierarquias que

pretendem combater. Hulme (2009) aborda o papel das ONGs e outras organizações do Terceiro Setor na formulação e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram precursores dos ODS.

Harvey (2005) e Gray (2003) criticam o Terceiro Setor sob a perspectiva de que ele pode ser utilizado como uma ferramenta neoliberal para substituir o papel do Estado. Segundo Harvey, ao invés de resolver problemas estruturais, as ONGs e instituições do Terceiro Setor muitas vezes servem para manter o *status quo*, oferecendo soluções paliativas sem atacar as causas profundas das desigualdades sociais. Para Gray as instituições do Terceiro Setor que promovem uma visão utópica de progresso. Ele argumenta que, muitas vezes, perpetuam a lógica de poder do capitalismo e falham em produzir mudanças significativas. Para o autor, o Terceiro Setor, em vez de corrigir injustiças, pode acabar reforçando estruturas desiguais ao oferecer soluções paliativas e desviar o foco de reformas estruturais profundas. Žižek (2009) critica o Terceiro Setor, especialmente a caridade e as ONGs, em várias de suas obras, argumenta que a caridade e as organizações do Terceiro Setor muitas vezes perpetuam o sistema capitalista ao aliviar temporariamente seus sintomas, sem desafiar as causas estruturais das desigualdades. Ele vê essas práticas como um modo de "capitalismo com consciência", em que as corporações promovem a caridade como uma forma de "lavar suas mãos" e evitar mudanças sistêmicas.

Além disso, em entrevistas e palestras, Žižek discute como o Terceiro Setor, ao focar na ajuda imediata, permite que o sistema neoliberal continue intacto, enquanto disfarça suas

falhas fundamentais. Em vez de promover uma transformação real, essas iniciativas frequentemente mascaram a exploração e a injustiça do sistema econômico dominante.

Cardoso (2002) foi uma das pioneiras no estudo e fomento do Terceiro Setor no Brasil. Em sua obra, ela discute o papel dessas organizações como mediadoras entre o Estado e a sociedade civil, promovendo inclusão social e participação cidadã. Cardoso defendia o fortalecimento do Terceiro Setor como um mecanismo de democratização e cidadania ativa, mas sem substituir a responsabilidade do Estado.

Szazi (2006) é um dos principais especialistas brasileiros em legislação e regulação do Terceiro Setor. Em sua obra, ele analisa o enquadramento jurídico das ONGs e outras entidades sem fins lucrativos no Brasil, oferecendo uma perspectiva técnica sobre as limitações e desafios legais enfrentados por essas organizações. Szazi defende um Terceiro Setor regulado de maneira eficaz, garantindo transparência e responsabilidade. Siqueira (2003) trata da relação entre o Terceiro Setor e a responsabilidade social corporativa. Ele explora como empresas e ONGs podem colaborar para promover o desenvolvimento sustentável e combater a pobreza. Siqueira argumenta que o Terceiro Setor deve ser visto como um parceiro estratégico das empresas, ajudando-as a desenvolver programas de responsabilidade social mais eficazes.

Ramos (2010) aborda a gestão de organizações do Terceiro Setor, enfatizando a importância de uma administração profissionalizada para garantir o impacto social.

Sua obra discute como a capacitação técnica e o uso de ferramentas de gestão podem ajudar ONGs e outras entidades a alcançarem melhores resultados em suas missões sociais. Costa (2005) analisa o papel do Terceiro Setor no desenvolvimento social brasileiro, argumenta que o Terceiro Setor tem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento social no Brasil, mas deve trabalhar em sintonia com o Estado e o setor privado para maximizar seu impacto. Ela defende uma visão integrada, onde as ações das ONGs complementam as políticas públicas e iniciativas empresariais.

Naidoo (2007) adota uma postura ativista e crítica, defendendo que o Terceiro Setor, especialmente as ONGs, tem um papel fundamental na promoção da justiça global, ambiental e social. Ele acredita que as ONGs são vitais para pressionar governos e corporações a adotarem políticas mais responsáveis e sustentáveis. No entanto, Naidoo também critica as limitações do Terceiro Setor, alertando que ele pode se tornar ineficaz se não for suficientemente combativo ou se ceder a pressões políticas e corporativas. Ele defende uma postura mais radical e direta, enfatizando a importância de ações cidadãs e a mobilização popular para efetuar mudanças sistêmicas profundas. Naidoo acredita que, para que o Terceiro Setor seja eficaz, ele deve ser genuinamente comprometido com a justiça social e ambiental, evitando ser cooptado ou se tornar complacente diante dos desafios globais. Kaldor (2003) discute o papel das ONGs e movimentos sociais como parte de uma sociedade civil global que atua para promover a paz, os

direitos humanos e o desenvolvimento sustentável em um mundo globalizado.

O papel do Terceiro Setor no Desenvolvimento Sustentável e na implementação da Agenda 2030 é embasado por uma vasta literatura com posicionamentos distintos, muitas vezes conflitantes, mas hegemônicos no reconhecimento da sua importância na arena global.

Desafios e oportunidades para o Terceiro Setor no século XXI

Os desafios e oportunidades contemporâneos para o Terceiro Setor são analisados por Powell e Steinberg (2006) e Osborne (2008), que oferecem uma visão abrangente sobre as tendências emergentes e os futuros possíveis. Para os autores as organizações sem fins lucrativos, ONGs, e outras entidades que atuam na sociedade civil, tem ganhado cada vez mais destaque nas últimas décadas. Sua importância no enfrentamento de questões globais, como pobreza, justiça social e desenvolvimento sustentável, é inegável. No entanto, o Terceiro Setor enfrenta inúmeros desafios contemporâneos, enquanto explora novas oportunidades para ampliar seu impacto.

Powell e Steinberg (2006) oferecem uma análise profunda sobre o Terceiro Setor, destacando tanto os desafios enfrentados pelas organizações sem fins lucrativos quanto as oportunidades de crescimento. Eles discutem as transformações políticas e econômicas globais e como essas mudanças impactam diretamente as ONGs. Os principais pontos abordados incluem a profissionalização das ONGs, considera como, um dos maiores desafios, a necessidade de uma gestão mais eficiente e profissional nas ONGs, o que envolve a adoção de práticas de governança semelhantes às do setor privado. Os autores analisam como a competição por financiamento, tanto de fontes governamentais quanto de doadores privados, cria um ambiente competitivo para as

ONGs, levando muitas delas a adaptarem suas estratégias de captação de recursos.

A pressão por maior transparência e responsabilidade por parte das organizações do Terceiro Setor é vista como uma oportunidade para aumentar a confiança pública, mas também como um desafio devido à dificuldade em medir o impacto de suas ações de forma quantificável. Osborne (2008) oferece uma perspectiva europeia sobre o Terceiro Setor, mas suas ideias têm aplicação global. Ele foca nas interações entre o Terceiro Setor e os setores público e privado, explorando como essas relações podem criar sinergias ou gerar conflitos. Discute a importância de parcerias entre ONGs, governos e empresas privadas como uma forma de maximizar o impacto social. Essas parcerias, no entanto, trazem desafios em termos de alinhamento de objetivos e distribuição de recursos. Ele argumenta que o Terceiro Setor tem uma posição única para promover a inovação social, dado que essas organizações trabalham diretamente com comunidades locais e, muitas vezes, identificam soluções para problemas que nem sempre são abordados pelo setor público. Uma das maiores preocupações de Osborne é a sustentabilidade financeira do Terceiro Setor. O autor destaca que, à medida que as doações e os financiamentos governamentais diminuem, as ONGs precisam encontrar formas criativas e inovadoras de gerar receita, seja por meio de modelos de negócios sociais ou novas estratégias de captação de fundos.

A partir das contribuições de Powell, Steinberg e Osborne, é possível identificar alguns dos principais desafios enfrentados pelo Terceiro Setor no século XXI, tais como as

mudanças nas políticas públicas e as regulações fiscais que afetam diretamente o funcionamento e a captação de recursos do Terceiro Setor, especialmente quando há aumento da burocracia ou limitação de incentivos fiscais para doações. A revolução digital traz tanto desafios quanto oportunidades para o Terceiro Setor. Embora as ONGs possam expandir seu alcance através de plataformas digitais, muitas ainda lutam para se adaptar a novas tecnologias e manter a relevância em um mundo cada vez mais conectado. Com escândalos de corrupção em algumas grandes ONGs, a confiança do público no Terceiro Setor pode ser abalada, exigindo maior transparência e prestação de contas.

Escândalos recentes envolvendo grandes ONG levantaram preocupações sobre transparência, fraude e abusos no setor. Um caso significativo é o do Sudão do Sul, onde surgiram alegações de exploração e abuso sexual por parte de funcionários de ONGs em 2024. O Fórum de ONGs do Sudão do Sul, representando mais de 100 ONGs internacionais e 200 locais, expressou profunda preocupação e se comprometeu à investigação destas alegações, reforçando simultaneamente as políticas de salvaguarda para proteger as populações vulneráveis. Este incidente destaca os desafios constantes em contextos humanitários, particularmente no que diz respeito à responsabilização e à conduta ética. Outro grande escândalo envolveu fraude e desvio de ajuda por parte de uma ONG internacional na República Democrática do Congo (RDC). Descobriu-se que membros da equipe roubaram dinheiro destinado aos destinatários, manipulando cartões SIM durante programas de transferência de dinheiro. Este incidente não só

causou danos financeiros significativos à ONG, mas também teve impacto na sua credibilidade e financiamento, demonstrando as dificuldades que as ONG enfrentam quando a transparência é comprometida. Curiosamente, as ONG locais enfrentam frequentemente consequências mais duras por má conduta semelhante, com o financiamento a cair vertiginosamente e a reputação gravemente prejudicada.

No Brasil, segundo reportagem da Folha de São Paulo de 16 de maio de 2006, o destino de milhões de reais anualmente do Orçamento da União, entidades privadas sem fins lucrativos chamadas Oscips eram usadas regularmente pela quadrilha investigada na Operação Sanguessuga para burlar a Lei de Licitações e desviar dinheiro público a partir de emendas parlamentares, segundo documentos dos inquéritos abertos pela Polícia Federal sobre o caso. A organização criminosa atuava com a colaboração de assessores parlamentares, dirigentes das Oscips e até mesmo com a ajuda de funcionários públicos cooptados para facilitar a liberação de recursos que irrigavam o esquema. Um caso notório de corrupção envolvendo o Terceiro Setor nos EUA foi o escândalo da United Way of America nos anos 1990. O então presidente da organização, William Aramony, foi condenado por desvio de fundos e uso de recursos da ONG para financiar seu estilo de vida luxuoso. Aramony foi condenado a sete anos de prisão por fraude e conspiração, o que abalou a reputação da United Way, uma das maiores ONGs dos Estados Unidos. Um caso de corrupção no Terceiro Setor na Europa foi o escândalo da Cruz Vermelha Italiana em 2014. A organização enfrentou acusações de corrupção e má gestão de fundos públicos. A

investigação revelou que contratos de prestação de serviços foram superfaturados, e membros da organização estavam envolvidos em práticas fraudulentas, desviando dinheiro destinado a projetos humanitários. O escândalo levou a uma reformulação interna na Cruz Vermelha Italiana e a condenações de alguns dos envolvidos.

O Terceiro Setor pode ampliar seu impacto ao estabelecer redes globais de colaboração, permitindo que ONGs troquem conhecimentos e recursos de forma mais eficaz. O crescimento de modelos de investimento social, como fundos de impacto, oferece novas oportunidades de financiamento para o Terceiro Setor, permitindo que essas organizações diversifiquem suas fontes de receita. Com a pressão por maior responsabilidade e eficácia, muitas ONGs estão adotando novos modelos de governança, baseados em práticas de co-gestão, descentralização e maior participação das comunidades locais nas decisões. Alguns exemplos de co-gestão no Terceiro Setor envolvem parcerias entre organizações não-governamentais, governo e/ou o setor privado para gerir projetos sociais como, por exemplo as Parcerias Público-Privadas (PPP) com ONGs de Projetos em áreas como saúde e educação, onde ONGs e governos compartilham a administração e os recursos.

Gestão compartilhada de parques urbanos, nos EUA, algumas ONGs ambientais co-gerenciam parques nacionais e áreas protegidas com governos. No Brasil os Hospitais filantrópicos com co-gestão entre governos estaduais e instituições de saúde do Terceiro Setor, que compartilham a

responsabilidade pela administração e prestação de serviços de saúde também são exemplos.

Powell, Steinberg e Osborne oferecem visões complementares sobre os desafios e oportunidades do Terceiro Setor no século XXI. As ONGs enfrentam um ambiente cada vez mais complexo, que exige inovação, parcerias estratégicas e maior profissionalização. No entanto, também têm a sua disposição novas ferramentas e oportunidades que, se bem aproveitadas, podem aumentar seu impacto global. O futuro do Terceiro Setor dependerá, em grande parte, de sua capacidade de se adaptar a essas mudanças e de continuar sendo uma força crítica para o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

O Terceiro Setor no oriente

O Terceiro Setor no Oriente, que inclui regiões da Ásia, Oriente Médio e partes da África, apresenta características únicas e diversificadas, influenciadas por contextos culturais, religiosos, políticos e econômicos específicos. Este setor, composto por organizações não governamentais (ONGs), fundações, associações de voluntariado, cooperativas e entidades sem fins lucrativos, desempenha um papel vital em muitas sociedades orientais, oferecendo serviços que frequentemente complementam ou substituem as funções do governo. Em muitas regiões do Oriente, práticas de caridade e filantropia são fortemente influenciadas por tradições religiosas e culturais. No mundo islâmico, por exemplo, o conceito de zakat (doação obrigatória) e sadaqah (caridade voluntária) são fundamentais para a prática da filantropia, com muitos indivíduos e famílias estabelecendo fundações ou doando para causas sociais como um dever religioso.

No hinduísmo e no budismo, a caridade e a compaixão são igualmente incentivadas, levando ao estabelecimento de inúmeras organizações do Terceiro Setor que apoiam os necessitados, especialmente em países¹ como Índia, Nepal,

¹ ONGs como Pratham (<https://www.pratham.org/>) trabalham na educação infantil e alfabetização de comunidades carentes. Na saúde, organizações como Goonj (<https://goonj.org/>) fornecem ajuda humanitária e recursos para saúde básica. Room to Read (<https://www.roomtoread.org/>) promovem a alfabetização e o empoderamento feminino em áreas rurais. Focus/Traficord (Anti-Human Trafficking Coordination Unit <https://www.focus-thailand.org/en/about.php>) atua no resgate e reabilitação de vítimas de tráfico humano na Tailândia. A China Foundation for Poverty Alleviation (CFPA <https://chinadevelopmentbrief.org/ngos/china-foundation-for-poverty->

Tailândia, Índia e o Paquistão, muitas ONGs se concentram em programas de desenvolvimento rural e em saúde pública. Na China, o Terceiro Setor está crescendo rapidamente, com um foco crescente em questões ambientais, educação e serviços sociais. As ONGs e outras entidades do Terceiro Setor no Oriente têm uma ampla gama de missões, desde a educação, saúde, e alívio da pobreza até o empoderamento de mulheres, direitos humanos, e conservação ambiental.

A relação entre o Terceiro Setor e o Estado varia significativamente entre diferentes países orientais. Em alguns países, como Índia e Japão, as ONGs operam com relativa liberdade, embora ainda enfrentem desafios regulatórios e de financiamento. Em outros, como China e Arábia Saudita, o Terceiro Setor é mais restrito, operando sob rigorosa supervisão estatal. As ONGs nesses países devem muitas vezes navegar um terreno político complexo e, em alguns casos, alinhar suas atividades com as prioridades do governo para evitar restrições ou represálias. Em países como a China e o Vietnã, o Terceiro Setor é regulamentado de perto pelo governo, e as ONGs enfrentam barreiras burocráticas significativas para operar, principalmente em relação a sustentabilidade financeira, com muitas organizações dependentes de financiamento

[alleviation-cfpa/](#)) é uma das maiores ONGs da China, focada na redução da pobreza e assistência humanitária. The Narada Foundation (<https://avpn.asia/organisation/narada-foundation/>) foi fundada em 2007 e atua na China com apoio o desenvolvimento social e promove projetos de bem-estar público e inovação social. A Japan International Volunteer Center (JVC <https://www.ngo-jvc.com/en/>), uma instituição focada em desenvolvimento sustentável, ajuda humanitária e educação em vários países, incluindo o Japão. A Second Harvest Japan (<https://2hj.org/english/>) foi a primeira ONG de banco de alimentos no Japão, que atua no combate ao desperdício de alimentos e a insegurança alimentar.

estrangeiro ou de doações de indivíduos ricos, o que pode limitar sua autonomia e capacidade de impactar mudanças duradouras.

O Terceiro Setor no Oriente enfrenta vários desafios, incluindo restrições legais, falta de financiamento sustentável, e uma dependência excessiva de doações externas.

Em muitos países orientais, o Terceiro Setor desempenha um papel crucial em situações de crise, como desastres naturais, conflitos e emergências de saúde pública. Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, muitas ONGs e grupos de voluntários na Índia, Indonésia e outros países asiáticos desempenharam papéis essenciais na distribuição de alimentos, fornecimento de cuidados de saúde e na sensibilização pública. Em áreas de conflito, como Síria e Iêmen, organizações de caridade locais e internacionais têm sido vitais para fornecer ajuda humanitária e proteger os direitos humanos.

O Terceiro Setor no Oriente tem mostrado inovação significativa na forma como aborda os problemas sociais. Em países como Índia e Bangladesh, por exemplo, existem várias iniciativas de microfinanças que empoderam economicamente comunidades carentes, muitas vezes lideradas por ONGs locais. Além disso, há uma crescente tendência de parcerias público-privadas, onde as ONGs colaboram com o governo e o setor privado para alavancar recursos e conhecimento, ampliando assim o impacto de suas intervenções.

No Japão, o Terceiro Setor é bem estabelecido, com ONGs e NPOs² (Organizações Sem Fins Lucrativos) atuando em diversos campos, como assistência social, ajuda humanitária e conservação ambiental. O terremoto e tsunami de 2011 destacaram o papel crítico das ONGs e NPOs na resposta a desastres e na reconstrução.

No mundo árabe, especialmente em países do Golfo, a caridade é fortemente influenciada por princípios islâmicos, com organizações frequentemente envolvidas em alívio de pobreza, educação, saúde e ajuda humanitária em países afetados por conflitos. No entanto, o Terceiro Setor é geralmente controlado de perto pelos governos, e as ONGs muitas vezes enfrentam restrições em suas operações. Como exemplos dessas instituições podemos citar a International Rescue Committee (IRC) que atua na ajuda humanitária e apoio aos refugiados e comunidades afetadas por conflitos na Síria, Iraque, Iêmen e outros países da região. O Médecins Sans Frontières (MSF) Atua, também, nessa região oferecendo assistência médica em áreas de crise humanitária. Save the Children trabalha em prol da educação, proteção infantil e ajuda humanitária em zonas de conflito, como Síria, Iêmen e Palestina.

2 ONGs (Organizações Não Governamentais) e NPOs (Non-Profit Organizations) não são exatamente sinônimos, embora compartilhem muitas características. Ambas são organizações sem fins lucrativos, mas ONGs tipicamente focam em causas sociais, ambientais, ou humanitárias, e frequentemente operam de forma independente de governos, em áreas como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, e assistência humanitária. Já as NPOs são um termo mais amplo, que inclui todas as organizações sem fins lucrativos, como associações beneficentes, igrejas, e hospitais, não necessariamente ligadas a causas sociais globais.

O Terceiro Setor no Oriente é diversificado e dinâmico, desempenhando um papel vital na assistência social, no desenvolvimento econômico e na resposta a crises. Embora enfrente desafios únicos, como regulamentações restritivas e dependência de financiamento externo, o setor continua a inovar e adaptar-se às necessidades locais e globais. As práticas filantrópicas no Oriente são frequentemente moldadas por influências culturais e religiosas, e as organizações locais desempenham papéis cruciais na promoção da justiça social, igualdade e desenvolvimento sustentável.

O Terceiro Setor nos EUA

O Terceiro Setor nos Estados Unidos tem uma presença extremamente forte e diversificada, desempenhando um papel essencial na economia e na sociedade do país. O Terceiro Setor nos EUA é um dos maiores do mundo. Em termos de impacto econômico, ele representa cerca de 5,6% do PIB americano. Existem aproximadamente 1,5 milhão de organizações sem fins lucrativos registradas no país, atuando em áreas como educação, saúde, meio ambiente, assistência social, e cultura. O setor emprega cerca de 10% da força de trabalho americana, o que o torna uma parte crucial da economia do país³.

O Terceiro Setor nos EUA tem uma influência enorme em educação e saúde. Muitas das principais universidades e hospitais do país são organizações sem fins lucrativos, incluindo instituições renomadas como a Universidade de Harvard e o Hospital Johns Hopkins. Essas organizações recebem financiamento privado e público e oferecem serviços educacionais e de saúde de alta qualidade.

3 Os dados citados sobre o Terceiro Setor nos Estados Unidos são amplamente referenciados em relatórios de instituições como a Giving USA (<https://givingusa.org/>) com relatórios anuais sobre filantropia e doações nos EUA, que fornecem dados sobre o impacto econômico das organizações sem fins lucrativos. O National Center for Charitable Statistics (NCCS <https://urbaninstitute.github.io/nccs/>), principal fonte de dados sobre o número de organizações sem fins lucrativos registradas nos EUA. A Independent Sector (<https://independentsector.org/>) organização que oferece dados e pesquisas sobre o impacto do Terceiro Setor nos Estados Unidos, incluindo participação no PIB e outras métricas econômicas e o Urban Institute (<https://www.urban.org/>) que publica relatórios detalhados sobre o setor sem fins lucrativos e filantrópico nos EUA, incluindo sua participação no PIB. Essas fontes são confiáveis e frequentemente usadas para medir o impacto e o tamanho do Terceiro Setor no país.

Os EUA têm uma tradição muito forte de filantropia. A prática de doações, tanto por indivíduos quanto por corporações, é amplamente difundida. Em 2020, por exemplo, foram doados cerca de \$471 bilhões de dólares para organizações sem fins lucrativos, segundo a Giving USA. Grandes fundações filantrópicas, como a Bill & Melinda Gates Foundation, a Ford Foundation e a Rockefeller Foundation, desempenham um papel significativo no financiamento de causas sociais, tanto nos EUA quanto internacionalmente.

As corporações nos Estados Unidos têm várias vantagens ao fazer doações milionárias para organizações sem fins lucrativos, que vão além do simples altruísmo. Essas vantagens podem ser categorizadas em benefícios fiscais, reputacionais e estratégicos. Doações feitas por corporações para organizações qualificadas sem fins lucrativos podem ser deduzidas do imposto de renda corporativo. Nos EUA, empresas podem deduzir até 10% de sua renda tributável anual com doações de caridade, o que pode reduzir significativamente a carga tributária. Além das deduções, algumas jurisdições oferecem créditos fiscais adicionais para doações a certas causas, como educação ou programas comunitários, o que aumenta ainda mais os incentivos financeiros para as empresas.

Responsabilidade Social Corporativa (RSC) contribui para incentivar as doações milionárias para causas sociais podem fortalecer a imagem de uma empresa como socialmente responsável. Isso melhora a reputação da marca junto a consumidores, investidores e a comunidade em geral, gerando boa vontade e fortalecendo a lealdade dos clientes. Empresas

que se associam a causas relevantes podem capitalizar o impacto positivo dessas associações. Por exemplo, uma corporação que apoia iniciativas ambientais ou de educação pode melhorar sua imagem perante o público e atrair consumidores que valorizam essas causas. Os funcionários tendem a sentir mais orgulho de trabalhar para uma empresa que se compromete com ações de caridade ou que apoia causas importantes. Isso pode aumentar o engajamento, a produtividade e a retenção de talentos. Da mesma forma a reputação de uma empresa como socialmente responsável também pode atrair novos talentos, especialmente em mercados de trabalho onde a geração mais jovem valoriza o impacto social e a responsabilidade corporativa.

Ao apoiar causas comunitárias e programas sociais, as corporações podem construir relacionamentos mais favoráveis com governos locais e nacionais, o que pode beneficiar suas operações futuras em termos de regulamentação e contratos governamentais. Doações a projetos locais ou nacionais ajudam a criar laços mais fortes entre a corporação e a comunidade, promovendo uma imagem de "bom cidadão corporativo". Ao fazer doações milionárias, empresas podem formar parcerias com organizações sem fins lucrativos e outros atores, como universidades e governos, o que pode resultar em benefícios indiretos, como inovação, pesquisa e desenvolvimento de novos mercados.

O apoio a causas sociais pode abrir portas para a expansão em comunidades e mercados anteriormente inacessíveis. Por exemplo, uma empresa que apoia programas de desenvolvimento econômico em áreas carentes pode

eventualmente ganhar acesso a novos consumidores nesses locais. Ao se engajar em iniciativas sociais e filantrópicas, empresas podem mitigar riscos associados a possíveis crises de imagem ou escândalos, ao mostrar compromisso contínuo com a responsabilidade social. Doações para causas ambientais, sociais ou educacionais ajudam a garantir um ambiente de negócios mais estável e sustentável, promovendo o desenvolvimento econômico e social das comunidades em que a empresa opera. Doações substanciais permitem que uma empresa deixe um legado duradouro, vinculando seu nome a projetos de grande impacto social. Isso pode criar uma história de contribuição significativa que beneficia a imagem da empresa ao longo do tempo.

Muitas corporações criam fundações filantrópicas que servem como veículos de doação, permitindo doações estruturadas e duradouras, além de gerar benefícios fiscais contínuos. As doações milionárias feitas por corporações nos EUA são movidas por uma combinação de motivações financeiras, estratégicas e reputacionais. Além dos benefícios fiscais, essas doações contribuem para a construção de uma imagem positiva da empresa, ajudam a atrair e reter talentos, criam parcerias valiosas, e fortalecem o relacionamento com governos e comunidades. Essa abordagem estratégica à filantropia corporativa demonstra como responsabilidade social e sucesso empresarial podem estar intimamente ligados. O Terceiro Setor nos EUA também inclui inúmeras ONGs dedicadas à defesa dos direitos humanos, justiça social, e ativismo ambiental. Organizações como a American Civil Liberties Union (ACLU) e o Sierra Club têm uma longa história

de advogar por mudanças nas políticas públicas e na legislação em áreas como liberdade civil, proteção ambiental, e direitos das minorias. O voluntariado é um componente essencial do Terceiro Setor nos EUA. Cerca de 30% dos americanos se envolvem em algum tipo de trabalho voluntário⁴. Essa cultura de participação cívica fortalece o impacto de muitas ONGs e instituições de caridade, e é um dos fatores que contribuem para o dinamismo do Terceiro Setor no país.

As organizações religiosas também desempenham um papel significativo no Terceiro Setor dos EUA. Muitas igrejas, sinagogas, mesquitas e outros grupos religiosos gerenciam programas de assistência social, serviços comunitários e projetos de caridade, frequentemente voltados para as necessidades de populações vulneráveis. Muitas organizações do Terceiro Setor nos EUA desempenham um papel importante na advocacy e lobby político. Elas atuam pressionando governos em nível local, estadual e federal para promover políticas públicas em áreas como direitos civis, justiça econômica, e mudanças climáticas. Organizações como a Human Rights Campaign e a NAACP têm uma forte influência em debates políticos e sociais no país. O conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é amplamente

⁴ U.S. Bureau of Labor Statistics (BLS) e a Corporation for National and Community Service (CNCS) que monitora o voluntariado e o envolvimento cívico nos Estados Unidos. O Relatório Anual de Voluntariado e Participação Cívica, publicado pela CNCS, frequentemente fornece dados sobre os níveis de envolvimento voluntário no país, destacando que cerca de 25-30% dos americanos, dependendo do ano, participam regularmente de atividades voluntárias. Estes números podem variar ligeiramente ano a ano e entre diferentes estudos, mas a CNCS é uma fonte confiável de informações sobre voluntariado nos EUA.

difundido nos EUA, onde muitas empresas colaboram com ONGs e fundações em iniciativas sociais e ambientais. Essas parcerias entre o setor privado e o Terceiro Setor ajudam a financiar e implementar projetos de grande impacto, que vão desde a sustentabilidade ambiental até programas de inclusão social.

O Terceiro Setor nos EUA é fundamental para a estrutura social e econômica do país. Ele desempenha papéis cruciais em educação, saúde, direitos humanos, justiça social, e filantropia. Com uma combinação de recursos privados, doações, voluntariado e parcerias com o governo e o setor privado, o Terceiro Setor americano tem uma influência significativa tanto no cenário doméstico quanto global.

O Terceiro Setor na Europa

A origem do Terceiro Setor na Europa está intimamente ligada a tradições de filantropia, assistência religiosa e solidariedade comunitária que remontam à Idade Média. Ao longo dos séculos, o Terceiro Setor europeu passou por diversas fases de transformação, refletindo mudanças sociais, políticas e econômicas em diferentes períodos históricos. Aqui está uma visão geral de como o Terceiro Setor surgiu e evoluiu na Europa. Durante a Idade Média, a assistência social na Europa era amplamente fornecida por instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica. Mosteiros, igrejas e ordens religiosas fundaram hospitais, abrigos e instituições de caridade, oferecendo apoio a doentes, pobres e viajantes. Um exemplo notável é a criação das Santas Casas de Misericórdia em Portugal no século XV, que posteriormente inspiraram instituições similares em outras partes da Europa e do mundo. As confrarias e irmandades religiosas também desempenharam um papel importante. Esses grupos de leigos se reuniam para promover ações de caridade, apoio aos necessitados e proteção de seus membros.

A Reforma Protestante no século XVI teve um impacto significativo no Terceiro Setor europeu, especialmente em países protestantes como a Inglaterra e a Alemanha. O protestantismo incentivava a responsabilidade individual e a criação de instituições de caridade, muitas vezes administradas por laicos, em vez de depender exclusivamente da Igreja

Católica. A fundação de escolas, hospitais e orfanatos por indivíduos ricos se tornou mais comum.

No século XVIII, durante o iluminismo, surgiram ideias de solidariedade cívica e melhoria social, que incentivaram a criação de instituições filantrópicas seculares. Filósofos como Voltaire e Rousseau discutiram o papel da sociedade em apoiar os mais vulneráveis, e sociedades de beneficência começaram a se formar em várias partes da Europa.

O crescimento das cidades e o aumento da pobreza nas áreas urbanas durante a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX criaram uma nova demanda por serviços de assistência social. Em resposta, surgiram organizações filantrópicas e organizações de ajuda mútua (como cooperativas e sociedades de trabalhadores) para apoiar os mais afetados pelas condições de trabalho precárias e pela falta de seguridade social.

Um marco importante foi a criação da Cruz Vermelha Internacional em 1863, uma organização de caridade que buscava prestar ajuda humanitária em tempos de guerra e desastre. Fundada na Suíça por Henri Dunant, a Cruz Vermelha se tornou um modelo para futuras ONGs e instituições de caridade internacionais.

Após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o papel do Terceiro Setor na Europa se expandiu drasticamente. As guerras devastaram grande parte do continente, e a reconstrução social e econômica exigiu a participação de organizações da sociedade civil em larga escala. O surgimento de organizações como a Oxfam no Reino Unido (fundada em

1942) e a Médicos Sem Fronteiras (fundada em 1971 na França) marcou o início de uma nova era de organizações não governamentais (ONGs) com uma missão internacional de ajuda humanitária, saúde e combate à fome. Nas décadas de 1960 e 1970, com o crescimento dos movimentos de direitos civis e direitos humanos, muitas ONGs se voltaram para causas como a defesa dos direitos das minorias, a igualdade de gênero e a preservação do meio ambiente.

Com o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social no século XX em muitos países europeus, o Terceiro Setor começou a desempenhar um papel complementar ao do Estado. Nações como a Suécia, Dinamarca e Alemanha desenvolveram modelos em que o governo colaborava diretamente com ONGs e instituições de caridade para fornecer serviços sociais e de saúde. A introdução de políticas de subvenções públicas e de contratos com organizações sem fins lucrativos consolidou o Terceiro Setor como um parceiro importante dos governos, ao invés de ser apenas um prestador independente de caridade. Nos anos 1980 e 1990, o Terceiro Setor na Europa passou por uma fase de profissionalização e internacionalização. As ONGs começaram a adotar práticas de gestão mais estruturadas e eficientes, parecidas com as do setor privado, e a expandir suas operações para além das fronteiras nacionais.

O surgimento de questões globais, como as mudanças climáticas, a migração e as crises de refugiados, levou à criação de organizações como a Amnesty International e o fortalecimento de redes internacionais de ONGs que colaboram para enfrentar desafios globais. A partir dos anos 2000, a

tecnologia e a digitalização permitiram novas formas de engajamento cívico e mobilização social, com ONGs usando a internet e as redes sociais para angariar fundos, fazer campanhas e pressionar por mudanças políticas. Atualmente, o Terceiro Setor na Europa enfrenta desafios como a redução de financiamento público, devido a políticas de austeridade em alguns países, e a crescente demanda por transparência e responsabilidade. No entanto, também há oportunidades, especialmente no uso de inovação social e na criação de novos modelos de negócios sociais que combinam propósitos lucrativos e sociais. O Terceiro Setor na Europa continua a ser um dos mais fortes do mundo, com uma ampla gama de organizações que atuam em diversas áreas, desde o meio ambiente e direitos humanos até saúde e educação.

A origem do Terceiro Setor na Europa é profundamente enraizada em tradições de caridade e filantropia que datam da Idade Média. Ao longo dos séculos, essas organizações evoluíram para se tornarem entidades modernas, profissionais e globais, que desempenham papéis essenciais na promoção de justiça social, saúde e bem-estar. A história do Terceiro Setor europeu reflete a capacidade das organizações da sociedade civil de se adaptarem às mudanças sociais e políticas, enquanto continuam a desempenhar um papel vital no desenvolvimento de sociedades mais justas e inclusivas.

Capítulo 5

O Terceiro Setor no Brasil

Histórico do Terceiro Setor no Brasil: das Santas Casas às organizações contemporâneas

O desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil é bem documentado por Fernandes (1994) e Landim (1998), que exploram a evolução das Santas Casas até as ONGs modernas e outras organizações do Terceiro Setor. O Terceiro Setor no Brasil tem raízes históricas que remontam ao período colonial, com a criação das Santas Casas de Misericórdia no século XVI, que ofereciam assistência social e saúde. No entanto, o conceito moderno de Terceiro Setor, envolvendo ONGs e organizações da sociedade civil, começou a se consolidar a partir da redemocratização do país na década de 1980. Esse período trouxe maior engajamento social e a criação de ONGs voltadas para causas como direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento comunitário.

As Santas Casas de Misericórdia surgiram no Brasil colonial em 1543, com a fundação da primeira unidade em Santos, São Paulo. Inspiradas no modelo português, essas instituições tinham o objetivo de prestar assistência social e de

saúde a populações carentes, sendo mantidas pela Igreja Católica e por benfeitores locais. Elas se espalharam por várias cidades durante o período colonial, como Salvador e Rio de Janeiro, tornando-se pilares de caridade. Pessoas como Tomé de Souza, o primeiro governador-geral do Brasil, influenciaram na sua criação e expansão.

As Santas Casas eram referenciadas em documentos históricos como cartas régias e ordens eclesiásticas, que legitimavam suas operações e o apoio público. Essas instituições se tornaram o embrião das políticas públicas de saúde e assistência social no Brasil. Atualmente, em 2024, o Brasil conta com 1.824 Santas Casas e hospitais filantrópicos, segundo dados da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB). Essas instituições desempenham um papel fundamental na oferta de serviços de saúde, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsáveis por 50% dos procedimentos de média complexidade e 70% dos de alta complexidade oferecidos pelo SUS.

Além das Santas Casas de Misericórdia, outras instituições importantes no Brasil colonial que ofereciam assistência social e serviços comunitários incluíam as Irmandades Religiosas, Associações de leigos católicos, como as Irmandades do Rosário dos Pretos e a Irmandade de São Benedito, que ajudavam na organização de atividades religiosas e sociais, incluindo assistência a seus membros e à comunidade. As confrarias, organizações religiosas formadas por membros da comunidade, responsáveis por promover atividades de caridade, como o auxílio aos pobres, o

sepultamento de mortos e a manutenção de hospitais e igrejas como as Confrarias do Santíssimo Sacramento; Havia, também, uma presença significativa de orfanatos mantidos por ordens religiosas ou irmandades, esses estabelecimentos cuidavam de crianças órfãs e abandonadas, como os Recolhimentos mantidos por ordens religiosas femininas, que ofereciam abrigo e educação. Além dos anteriormente citados, mosteiros e conventos para além do papel religioso, desempenhavam funções sociais, como o ensino e a caridade, especialmente as ordens Beneditina e Franciscana, que fundaram escolas e prestavam assistência aos pobres e doentes. Essas instituições religiosas e sociais foram fundamentais para a estrutura de assistência social e espiritual no Brasil colonial, antecedendo as políticas públicas formais.

Embora o catolicismo tenha sido a religião predominante no Brasil colonial e nas primeiras fases de desenvolvimento do Terceiro Setor, várias instituições religiosas não católicas também desempenharam papéis importantes na origem e consolidação do Terceiro Setor no país, especialmente a partir do século XIX. Podemos citar algumas tais quais a Igreja Presbiteriana, fundada no Brasil em 1859, foi pioneira em iniciativas de educação e saúde. Eles fundaram escolas, faculdades e hospitais, como o Mackenzie College em São Paulo, que se transformou, posteriormente, na Universidade Presbiteriana Mackenzie. A Igreja Metodista, presente no Brasil desde 1835, também, desempenhou um papel crucial na criação de instituições educacionais e hospitais, como a Universidade Metodista de São Paulo e a rede de escolas metodistas. A Igreja Batista iniciou suas atividades no Brasil em

1882 e foi responsável pela criação de várias instituições de caridade e educacionais, como o Colégio Batista Brasileiro.

A partir do início do século XX, as comunidades judaicas no Brasil estabeleceram várias instituições beneficentes e de apoio social. Um exemplo importante é a União Israelita Brasileira de Beneficência (UIBB), que apoia causas humanitárias, a educação, e o cuidado aos idosos, desempenhando um papel significativo no Terceiro Setor. O espiritismo, que se popularizou no Brasil no final do século XIX e início do século XX, também tem uma forte tradição de caridade e assistência social. A Federação Espírita Brasileira (FEB) apoia diversas instituições beneficentes, como creches, abrigos para idosos e clínicas de saúde. A Igreja Adventista desenvolveu uma vasta rede de instituições educacionais e de saúde no Brasil, como o Hospital Adventista de São Paulo e uma rede de colégios e universidades.

As instituições de matriz africana também desempenharam um papel importante na história social do Brasil, contribuindo para o início de iniciativas comunitárias que, posteriormente, influenciariam o Terceiro Setor. Essas instituições, muitas vezes formadas como organizações religiosas e culturais, criaram redes de apoio e solidariedade nas comunidades afro-brasileiras, especialmente durante e após o período de escravização. As Irmandades do Rosário dos Pretos, formadas por escravizados e libertos, surgiram no Brasil colonial com o propósito de unir e apoiar a população negra. Elas foram responsáveis por organizar serviços religiosos, além de fornecer suporte social, como o sepultamento de seus membros, ajuda mútua em momentos de dificuldade, e a

preservação da cultura africana. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, possuía capítulos em várias cidades do Brasil, como em Salvador e Ouro Preto. Os terreiros de candomblé, além de serem centros religiosos, funcionaram como espaços de resistência cultural e social para a população afrodescendente. Eles não apenas preservavam tradições religiosas e culturais africanas, mas também ofereciam apoio comunitário, proteção e auxílio mútuo. As Mães de Santo e outros líderes de terreiros frequentemente desempenhavam papéis de liderança social, mediando conflitos e organizando redes de solidariedade. No período pós-abolição, surgiram associações negras, muitas vezes ligadas às religiões de matriz africana, que lutavam por direitos civis, educação, e melhores condições de trabalho para a população afro-brasileira. Algumas dessas associações tiveram origem nos terreiros ou nas irmandades religiosas. Embora não fossem formalmente instituições no sentido moderno, os quilombos eram comunidades autônomas formadas por escravizados fugitivos e outros marginalizados. Eles funcionavam como espaços de organização social, defesa e suporte mútuo. Os quilombos, como o famoso Quilombo dos Palmares, são vistos como os primeiros exemplos de organização coletiva de resistência e apoio social no Brasil. As celebrações e festas ligadas às religiões afro-brasileiras, como as Festas de Iemanjá e as celebrações do Bembé do Mercado em Santo Amaro (Bahia), desempenharam um papel de integração e apoio comunitário, funcionando como eventos de organização social e arrecadação de recursos para as comunidades. Essas instituições, ao longo da história, forneceram suporte social,

cultural e religioso às comunidades afrodescendentes no Brasil, criando redes de solidariedade que influenciaram o desenvolvimento de um Terceiro Setor mais formalizado nas décadas subsequentes. Elas foram essenciais na preservação da identidade cultural e no apoio às necessidades básicas de suas comunidades, muito antes do surgimento das ONGs modernas. Essas instituições não católicas tiveram um papel relevante na criação de organizações de ensino, saúde e assistência social, e sua atuação foi fundamental para o surgimento e expansão do Terceiro Setor no Brasil.

O papel das ONGs Brasileiras na democratização e nos Direitos Humanos

Diversos autores tratam do papel das ONGs brasileiras na democratização e na promoção dos direitos humanos. Dagnino (2002) e Almeida (2002), que discutem o impacto dessas organizações na democratização e na promoção dos direitos humanos. Landim (1993) analisa o surgimento das ONGs no Brasil e como elas evoluíram para atuar de maneira mais profissionalizada. Ela discute o papel dessas organizações na promoção da cidadania, direitos humanos e no fortalecimento da democracia após a ditadura militar. Cardoso (2002), socióloga e ex-primeira-dama Ruth Cardoso foi uma das primeiras a discutir a importância das ONGs na ampliação da participação social e na promoção da democracia no Brasil. Ela enfatiza o papel das ONGs como intermediárias entre o Estado e a sociedade civil. Fonsca (2001) discute como as ONGs brasileiras foram fundamentais para a promoção dos direitos humanos, especialmente durante o período de redemocratização. Ela destaca o papel dessas organizações na luta por direitos civis e políticos, bem como na defesa dos direitos de grupos marginalizados.

Seitenfus (2006) examina o papel das ONGs na promoção dos direitos humanos no Brasil, especialmente no contexto da sociedade civil. Ele argumenta que essas organizações foram fundamentais na construção de um espaço público mais democrático. Fleury (1994) analisa como

as ONGs foram atores importantes na construção de uma democracia participativa no Brasil. Ela explora o papel dessas organizações em questões como saúde, educação e direitos humanos, e como elas contribuíram para o fortalecimento das políticas públicas no país.

Esses autores discutem o papel das ONGs brasileiras tanto no fortalecimento da democracia quanto na promoção dos direitos humanos, destacando o impacto dessas organizações na sociedade civil e na construção de um Estado mais inclusivo e participativo.

As ONGs desempenharam um papel fundamental na redemocratização do Brasil após o golpe militar de 1964, especialmente na defesa dos direitos humanos, na promoção da participação social e no fortalecimento da sociedade civil. Durante a ditadura militar, muitos brasileiros foram presos, torturados e assassinados por razões políticas. Diversas ONGs surgiram com o objetivo de denunciar as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado e proteger os perseguidos políticos. Organizações como o Movimento contra a Repressão ajudaram a documentar abusos e a pressionar pela libertação de prisioneiros políticos. ONGs de direitos humanos, como a Comissão de Justiça e Paz, ligada à Igreja Católica, desempenharam um papel importante ao proteger ativistas e fornecer suporte jurídico para famílias de desaparecidos e mortos pela repressão.

Muitas ONGs apoiaram o fortalecimento de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento Negro Unificado, e os sindicatos. Elas

ajudaram a organizar, financiar e estruturar esses movimentos, permitindo que setores marginalizados da sociedade tivessem voz ativa nas demandas por direitos e justiça social.

As ONGs também forneceram apoio técnico e organizacional a associações de bairro, cooperativas de trabalhadores e grupos de mulheres, promovendo formas de mobilização que mais tarde seriam essenciais para a reconstrução democrática.

Durante a ditadura, muitas ONGs promoveram programas de educação popular e formação política para conscientizar a população sobre seus direitos e as injustiças do regime militar. Organizações como o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que atuava em várias regiões do Brasil, ajudaram a criar consciência política e engajamento social em comunidades de baixa renda. Esses programas visavam não apenas fornecer informações sobre a repressão, mas também promover a cidadania ativa, preparando as comunidades para participar da futura democratização. ONGs como a Anistia Internacional e organizações de direitos humanos com sede no Brasil fizeram um importante trabalho de denúncia internacional das violações de direitos humanos durante a ditadura, pressionando o governo militar a responder a essas críticas. Elas também articularam uma rede de apoio com a sociedade civil internacional, buscando solidariedade global para a causa da redemocratização e das liberdades civis no Brasil.

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), as ONGs que atuavam em defesa dos direitos humanos, cidadania, e participação social enfrentavam grandes desafios para se

financiar, dado o clima repressivo do regime. No entanto, elas conseguiram manter suas atividades com o apoio de diferentes fontes de financiamento, tanto domésticas quanto internacionais. Muitas ONGs brasileiras receberam apoio financeiro de organizações internacionais comprometidas com a promoção dos direitos humanos e a democracia. Instituições como a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller, e a Fundação Interamericana (IAF) destinaram fundos para apoiar atividades de resistência, formação política e educação popular no Brasil. Organizações como o Conselho Mundial de Igrejas e a Caritas Internacional financiaram projetos de ONGs brasileiras. Esse financiamento ajudou a sustentar movimentos sociais e grupos religiosos progressistas, como as Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Teologia da Libertação, que atuavam com foco na justiça social e nos direitos dos pobres.

Algumas ONGs estrangeiras com foco em direitos humanos, como a Amnesty International e a Oxfam, canalizavam recursos para apoiar a luta contra a repressão no Brasil, ajudando a financiar atividades de documentação de abusos e defesa de presos políticos. A Igreja Católica, especialmente através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desempenhou um papel central no apoio financeiro a ONGs que atuavam contra o regime militar. A CNBB, através de organismos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Comissão de Justiça e Paz, canalizava fundos para organizações que defendiam os direitos dos trabalhadores rurais, indígenas e outros grupos marginalizados. Ordens religiosas e líderes da Teologia da Libertação, como o bispo Dom Helder Câmara, ajudaram a direcionar recursos de

doadores externos e da própria Igreja para ONGs envolvidas em projetos sociais e de defesa de direitos humanos.

Algumas ONGs recebiam financiamento de doações individuais de simpatizantes da causa, tanto no Brasil quanto no exterior. Essas doações eram frequentemente discretas, dado o risco de represálias. Embora fosse raro, alguns empresários ou setores da elite simpatizavam com a causa democrática e realizavam doações privadas para ONGs e movimentos sociais. Essas doações, no entanto, eram feitas de maneira cuidadosa e, muitas vezes, anônima, para evitar confrontos com o regime. Além dos fundos institucionais, muitas ONGs e movimentos sociais contavam com o apoio de redes de solidariedade internacional. Essas redes organizavam campanhas de arrecadação de fundos em países estrangeiros, promoviam eventos para denunciar a repressão no Brasil e transferiam esses recursos para ONGs e ativistas brasileiros. Exilados políticos brasileiros também atuavam em outros países para arrecadar recursos e enviá-los para ONGs que continuavam suas atividades no Brasil. Muitas ONGs funcionavam com orçamento mínimo e dependiam amplamente de trabalho voluntário para manter suas operações. Voluntários desempenhavam funções administrativas, organizavam eventos e ofereciam serviços à comunidade, o que permitia que essas ONGs continuassem atuando com poucos recursos financeiros.

Algumas organizações buscavam fontes alternativas de receita, como a produção e venda de material educativo, ou a prestação de serviços à comunidade, como cursos de capacitação, embora essa prática fosse limitada durante a

ditadura devido à repressão. Sindicatos e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgiram ou se fortaleceram durante a ditadura, e estabeleciam alianças com ONGs. Esses movimentos conseguiam direcionar parte de seus recursos para apoiar atividades conjuntas com as ONGs. Movimentos de base, como as Comunidades Eclesiais de Base, formavam redes locais de solidariedade e apoio mútuo, canalizando recursos para ações sociais e de resistência. Dado o contexto repressivo, parte dos fundos que chegavam às ONGs durante a ditadura eram enviados de forma clandestina, evitando os mecanismos de controle do governo. Doações anônimas, vindas de dentro e fora do Brasil, também eram frequentes para proteger tanto os doadores quanto as organizações beneficiadas. O financiamento das ONGs durante a ditadura militar no Brasil foi um processo desafiador e cercado de risco, mas foi viabilizado por uma combinação de apoio internacional, financiamento religioso, doações privadas e solidariedade global. Graças a essas fontes de apoio, as ONGs conseguiram resistir ao ambiente de repressão e continuar seu trabalho na defesa dos direitos humanos e na promoção de cidadania, contribuindo para a transição democrática.

As ONGs foram ativas na campanha pela anistia dos presos políticos e exilados. O Movimento pela Anistia contou com a participação de várias ONGs que, junto a grupos de familiares de presos e desaparecidos políticos, pressionaram o governo pela aprovação da Lei da Anistia de 1979, que permitiu o retorno de exilados políticos e libertou prisioneiros. Na transição para a democracia, as ONGs desempenharam um

papel essencial na formulação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Muitas organizações atuaram diretamente em comissões e fóruns participativos, levando demandas sociais, como a reforma agrária, a igualdade racial, os direitos das mulheres, e a defesa dos direitos humanos, para o debate constitucional. Elas ajudaram a assegurar que a Constituição refletisse os princípios de direitos civis e sociais, garantindo proteção contra as violações que ocorreram durante o regime militar.

As ONGs foram essenciais no processo de reconstrução democrática no Brasil, atuando como mediadoras entre a sociedade civil e o Estado. Elas deram voz a movimentos sociais, denunciaram abusos de poder, promoveram a educação política, e pressionaram pela implementação de direitos fundamentais na nova ordem democrática. Sua atuação contribuiu para uma transição mais pacífica e para a consolidação de direitos, que ainda são pilares do Brasil contemporâneo.

A legislação brasileira e o Terceiro Setor: avanços e desafios

Os avanços e desafios da legislação brasileira para o Terceiro Setor são abordados por Faleiros (2000) e Costa (2004), que analisam o impacto das leis e regulamentações nas atividades das ONGs. O desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil está profundamente interligado com a evolução da legislação que rege organizações sem fins lucrativos, filantrópicas e da sociedade civil. Ao longo do tempo, o país instituiu um conjunto de normas jurídicas que foram adaptando-se às necessidades das ONGs, fundações, associações e demais entidades que compõem esse setor. Esta retrospectiva aborda os principais marcos legislativos e transformações ocorridas no Brasil, relacionados à estruturação e ao fortalecimento do Terceiro Setor. Durante o período colonial, a assistência social era quase inteiramente provida por instituições religiosas, como as Santas Casas de Misericórdia. Essas organizações eram geridas pela Igreja Católica e prestavam serviços de caridade e saúde, mas não havia legislação formal direcionada ao Terceiro Setor como o conhecemos hoje. Com a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (1888), embora essas leis não sejam diretamente relacionadas ao Terceiro Setor, foram incentivadas as primeiras discussões sobre a inclusão social e a criação de organizações filantrópicas para apoio a ex-escravizados, abrindo espaço para as primeiras iniciativas civis de caridade, ainda sem o caráter de reparação histórica.

A partir da Proclamação da República, começam a surgir associações civis e fundos de caridade independentes da Igreja. Esses grupos buscavam resolver problemas sociais, como a pobreza e o analfabetismo com cunho assistencialista.

Pela primeira vez, o direito brasileiro reconheceu oficialmente as associações e fundações, oferecendo um arcabouço legal básico para a criação dessas organizações. Esse foi o primeiro passo para a formalização de entidades do Terceiro Setor.

Com o fim do regime militar (1964-1985) e a redemocratização, o Terceiro Setor ganhou um papel ainda mais relevante mas não sem disputas de poder.

As discussões sobre o Marco Regulatório do Terceiro Setor no Brasil e os principais embates políticos ao longo de sua criação foram amplamente debatidos em documentos legislativos, artigos acadêmicos, reportagens e análises de especialistas.

Essas fontes são amplamente utilizadas por pesquisadores e legisladores para analisar os desafios e embates políticos relacionados à criação do Marco Regulatório do Terceiro Setor. Elas fornecem uma visão clara dos conflitos e das soluções propostas para aprimorar o relacionamento entre o Estado e as organizações da sociedade civil no Brasil.

A Constituição de 1988 representou um marco importante, permitindo que qualquer cidadão pudesse se organizar de maneira formal para fins não econômicos. Estabelecer direitos sociais como saúde, educação e assistência social, áreas em que muitas organizações do

Terceiro Setor já atuavam, e passaram a complementar o papel do Estado.

A década de 1990 foi fundamental para a consolidação do Terceiro Setor no Brasil, com a criação de leis específicas que fortaleceram sua atuação e deram mais clareza à relação entre o Estado e as ONGs. A Lei 9.637/1998 (Lei das Organizações Sociais - OS) estabeleceu um novo marco para o setor, permitindo que o governo firmasse contratos de gestão com organizações sociais para a execução de serviços públicos em áreas como saúde, educação e ciência. Essa lei foi uma inovação ao possibilitar que ONGs e entidades do Terceiro Setor fossem responsáveis pela gestão de serviços públicos, ao invés do governo. Com a Lei 9.790/1999 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP) criou-se a figura jurídica das OSCIPs, permitindo que ONGs obtivessem um certificado especial para formalizar parcerias com o Estado e receberem recursos públicos. A criação dessa lei foi uma resposta à necessidade de maior controle e transparência no uso de recursos públicos por entidades sem fins lucrativos.

A primeira década dos anos 2000 foi marcada pela expansão do Terceiro Setor e pela implementação de mecanismos de controle e transparência no uso de recursos. Com a Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil): foram trazidas mudanças importantes para o Terceiro Setor, reformulando as regras para a criação de associações e fundações. Entre outras coisas, a lei especificou a responsabilidade dos gestores de entidades sem fins lucrativos, tornando a governança do Terceiro Setor mais formalizada e transparente.

A década de 2000 também viu a regulamentação de parcerias entre ONGs e o governo para a execução de políticas públicas, especialmente em áreas como saúde, educação e assistência social, por meio da parceria público-privada (PPP).

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil é um dos marcos mais importantes da legislação recente relacionada ao Terceiro Setor no Brasil. A Lei 13.019/2014 trouxe regulamentações claras para as parcerias entre as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e o governo. Ela definiu regras para a transferência de recursos públicos para as ONGs, exigindo mais transparência, prestação de contas e critérios objetivos para a formalização das parcerias.

O principal objetivo dessa legislação foi melhorar a gestão dos recursos públicos transferidos para o Terceiro Setor, garantindo mais eficiência e transparência no uso dos fundos públicos. A lei também visava diminuir a burocracia na contratação de ONGs para a prestação de serviços públicos.

Nos anos recentes, o foco do Terceiro Setor tem sido o fortalecimento da transparência e governança, bem como a promoção da sustentabilidade financeira das ONGs.

Com a Portaria 69/2021 ocorreram atualizações para melhorar o processo de fiscalização e o controle de parcerias entre o governo e as OSCs, promovendo a prestação de contas e a avaliação do impacto das iniciativas.

O Terceiro Setor no Brasil enfrenta desafios como a redução de recursos públicos e privados, a crescente demanda por resultados claros e mensuráveis e a necessidade de se adaptar a um ambiente mais competitivo, buscando novas

formas de financiamento, como negócios sociais e inovações tecnológicas para melhorar sua gestão.

A legislação brasileira relacionada ao Terceiro Setor passou por uma evolução significativa, começando com um reconhecimento formal no início do século XX, até a criação de um marco regulatório moderno que visa fortalecer a transparência, a eficiência e a parceria entre governo e organizações civis. Hoje, o Terceiro Setor é um componente essencial para a execução de políticas sociais e serviços públicos, e a legislação tem evoluído para garantir que essas organizações possam operar de maneira transparente e eficaz, beneficiando a sociedade como um todo.

Estudos de caso de organizações brasileiras de destaque

Os estudos de caso sobre organizações brasileiras de destaque podem se basear em relatórios institucionais de ONGs como Fundação Abrinq e Instituto Ayrton Senna, bem como análises acadêmicas como as de Oliveira (2015). Algumas das principais instituições sem fins lucrativos brasileiras desempenham papéis importantes em áreas como saúde, educação, direitos humanos, meio ambiente, e desenvolvimento social.

A Fundação Abrinq é focada em melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes, promovendo direitos à educação, saúde e proteção. A Ação Cidadania foi fundada em 1993 no Brasil pelo sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho. O movimento foi criado durante uma grave crise econômica no país, com o objetivo de combater a fome e a miséria. Desde sua fundação, a Ação da Cidadania tem promovido a arrecadação e distribuição de alimentos, além de atuar em iniciativas de educação, saúde e mobilização social. Combate à fome e à miséria. O GRAACC (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer) é uma instituição sem fins lucrativos fundada em 1991, em São Paulo, com o objetivo de garantir a crianças e adolescentes com câncer todas as chances de cura, é reconhecido por oferecer tratamento especializado de alta complexidade, especialmente para casos mais graves e complexos, como os tumores pediátricos. O GRAACC depende de doações de pessoas

físicas, empresas e parcerias com outras organizações para manter suas atividades. Também organiza campanhas de arrecadação e eventos beneficentes para garantir os recursos necessários para continuar oferecendo tratamentos de alta qualidade.

O Instituto Ayrton Senna foca na melhoria da educação pública, desenvolvendo programas e parcerias para a capacitação de professores e gestores escolares. É uma organização sem fins lucrativos criada em 1994, após a morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, com o objetivo de melhorar a educação pública no Brasil e promover o desenvolvimento pleno de crianças e jovens brasileiros. Sua fundadora e presidente é Viviane Senna, irmã de Ayrton Senna. Atua na melhoria da educação pública por meio de formação de professores e gestores educacionais, além da implementação de programas e soluções inovadoras que buscam melhorar a aprendizagem de estudantes em todo o país. Os programas do Instituto se concentram no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como criatividade, resiliência, pensamento crítico e empatia, além das tradicionais habilidades cognitivas, como português e matemática. Isso visa preparar os alunos para enfrentar desafios da vida e do mercado de trabalho. O Instituto trabalha em estreita colaboração com governos estaduais e municipais, além de escolas públicas, oferecendo suporte técnico e metodologias para a melhoria do sistema educacional.

O Instituto é financiado por meio de parcerias com empresas privadas, doações e licenciamento da marca Ayrton

Senna, além de promover eventos beneficentes para arrecadar fundos.

O SOS Mata Atlântica Trabalha na preservação e recuperação da Mata Atlântica, promovendo a conscientização ambiental e o reflorestamento. É uma organização não governamental (ONG) brasileira fundada em 1986 com o objetivo de promover a conservação da Mata Atlântica, um dos biomas mais ricos e ameaçados do mundo. A organização se dedica à proteção da biodiversidade, à recuperação de áreas degradadas e à preservação dos recursos naturais deste bioma, que abrange partes de 17 estados do Brasil, desde o Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte. A SOS Mata Atlântica promove projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas da Mata Atlântica. A ONG trabalha para restaurar a vegetação nativa, especialmente em áreas que são importantes para a preservação de nascentes e cursos de água. Um dos projetos mais conhecidos é o Projeto Florestas do Futuro, que envolve o plantio de árvores nativas para recuperar áreas críticas do bioma.

A organização realiza diversas campanhas de conscientização para mobilizar a sociedade em torno da importância da preservação ambiental. A SOS Mata Atlântica trabalha com escolas, comunidades e empresas para promover uma maior consciência sobre a importância da Mata Atlântica para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida. Também desenvolve programas educacionais que visam a formação de cidadãos ambientalmente conscientes e ativos na preservação do meio ambiente. A ONG realiza o monitoramento da qualidade da água em rios e mananciais que cortam a Mata

Atlântica, além de avaliar a situação da cobertura florestal do bioma por meio de pesquisas e análises.

A SOS Mata Atlântica atua fortemente na defesa de políticas públicas ambientais, participando ativamente de discussões sobre legislação ambiental e pressionando governos para que implementem e cumpram leis de proteção do meio ambiente. A ONG também trabalha em parceria com governos e empresas para promover a sustentabilidade. A organização depende de doações de indivíduos, parcerias com empresas e apoio de outras ONGs e organismos internacionais para financiar seus projetos. Eventos beneficentes e campanhas de arrecadação também são formas de captar recursos para a continuidade dos trabalhos.

Apesar dos avanços, a Mata Atlântica é um dos biomas mais devastados do Brasil, com apenas cerca de 12,4%⁵ de sua cobertura original restante. A destruição é causada principalmente pela expansão urbana, agropecuária, e outras atividades econômicas que avançam sobre áreas protegidas. A luta da SOS Mata Atlântica continua sendo vital para a preservação desse bioma único.

A Pastoral da Criança é uma organização social de inspiração cristã e sem fins lucrativos, que foi fundada em 1983 no Brasil, pela médica Zilda Arns Neumann, em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A organização tem como missão a promoção do

5 Relatório Anual de Desmatamento da Mata Atlântica, Fundação SOS Mata Atlântica e INPE, 2022-2023. O relatório detalha as áreas desmatadas, identificando as principais causas e áreas críticas. Ele também traz informações sobre as iniciativas de reflorestamento e os esforços para preservar o bioma.

desenvolvimento integral de crianças e suas famílias, especialmente em comunidades carentes, por meio de ações ligadas à saúde, nutrição, educação e cidadania. O principal objetivo da Pastoral da Criança é combater a mortalidade infantil e promover o desenvolvimento saudável das crianças, garantindo que tenham acesso a cuidados básicos de saúde, alimentação adequada, e educação desde os primeiros anos de vida. A organização se concentra em atuar nas comunidades mais pobres do Brasil, muitas vezes em regiões onde os serviços públicos de saúde são deficientes ou inexistentes.

A Pastoral da Criança capacita líderes comunitários voluntários para ensinar às famílias boas práticas de saúde, incluindo o monitoramento do peso das crianças, incentivo ao aleitamento materno, e a importância da vacinação. Eles também promovem o uso do soro caseiro para tratar diarreias e a desnutrição infantil, prática que ajudou a reduzir significativamente a mortalidade infantil em várias comunidades. A organização oferece programas de educação infantil para crianças pequenas, promovendo atividades que estimulam o desenvolvimento cognitivo e motor. Também orienta as famílias sobre a importância da educação desde cedo, preparando as crianças para ingressarem na escola em condições adequadas. Um dos grandes diferenciais da Pastoral da Criança é o trabalho realizado pelos voluntários comunitários. Esses líderes são treinados para visitar as famílias, fazer o acompanhamento das crianças, e orientar sobre cuidados básicos de saúde e educação.

A Pastoral da Criança é uma das maiores iniciativas comunitárias do Brasil, reconhecida por sua capacidade de

mobilizar voluntários e reduzir significativamente a mortalidade infantil nas comunidades em que atua. Desde sua fundação, já assistiu a milhões de crianças em todo o Brasil e em diversos países da América Latina, África e Ásia. Seus métodos de acompanhamento de saúde e nutrição são reconhecidos por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A organização é mantida por meio de doações de indivíduos, parcerias com instituições públicas e privadas, e o apoio da Igreja Católica. Sua fundadora, Zilda Arns, foi indicada várias vezes ao Prêmio Nobel da Paz por seu trabalho humanitário e sua contribuição à saúde infantil no Brasil e no mundo.

Além do Brasil, a metodologia da Pastoral da Criança foi adotada em mais de 10 países na América Latina, África e Ásia, onde a organização também atua para combater a mortalidade infantil e melhorar a qualidade de vida de crianças e famílias em situação de pobreza. A Dra. Zilda Arns, que faleceu em 2010 durante o terremoto no Haiti, deixou um legado que vai muito além das fronteiras do Brasil. Seu trabalho com a Pastoral da Criança mudou o cenário da saúde infantil no país e inspirou a criação de outras iniciativas similares em várias partes do mundo.

O Instituto Ethos promove a responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento sustentável, incentivando empresas a adotar práticas de impacto positivo. É uma organização sem fins lucrativos fundada em 1998 no Brasil. Seu objetivo principal é mobilizar, sensibilizar e ajudar empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável,

promovendo a sustentabilidade, a ética empresarial e a transparência.

A instituição trabalha para influenciar políticas públicas, disseminar boas práticas e oferecer ferramentas e metodologias que permitam às empresas medir seu impacto social, econômico e ambiental, de modo a contribuir para a criação de uma sociedade mais justa e sustentável.

O Ethos incentiva as empresas a adotar práticas de responsabilidade social que vão além da filantropia, integrando ações que beneficiem a sociedade e o meio ambiente em suas estratégias de negócios. O foco está na ética empresarial, no respeito aos direitos humanos, nas relações de trabalho justas, na transparência e na proteção ambiental.

O Instituto Ethos é uma referência no desenvolvimento de ferramentas que auxiliam as empresas a mensurar e melhorar seu desempenho em termos de sustentabilidade. Uma das ferramentas mais conhecidas é o Indicadores Ethos, um conjunto de métricas e orientações que permitem às empresas monitorar e ajustar suas práticas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

O Ethos também atua como uma plataforma de articulação política, promovendo o diálogo entre empresas, governos e sociedade civil para incentivar a criação de políticas públicas que estimulem a sustentabilidade e a responsabilidade social. A organização participa ativamente de fóruns e grupos de discussão que buscam influenciar políticas governamentais relacionadas ao meio ambiente, direitos humanos e transparência empresarial.

Uma área de grande atuação do Instituto Ethos é o combate à corrupção. A instituição promove ações e campanhas que incentivam as empresas a adotar práticas éticas e a lutar contra a corrupção no ambiente de negócios. O Ethos é um dos principais articuladores da Coalizão Empresarial para a Integridade, um movimento que reúne empresas comprometidas com a transparência e a integridade corporativa.

Os Indicadores Ethos são ferramentas de autoavaliação que ajudam as empresas a integrar práticas de responsabilidade social e sustentabilidade. Eles cobrem uma ampla gama de áreas, incluindo governança, direitos humanos, meio ambiente e relações de trabalho.

O Ethos é um articulador do Diálogo Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, que visa implementar e promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas no Brasil. As empresas participantes se comprometem a alinhar suas estratégias de negócios aos ODS, buscando soluções que contribuam para a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente e a prosperidade econômica.

O Instituto Ethos é financiado por doações de empresas associadas, parcerias e patrocínios. Essas empresas associadas são geralmente grandes corporações que buscam integrar a responsabilidade social e a sustentabilidade em suas operações e que colaboram com o Ethos para avançar essas causas.

Dentre muitas outras instituições poderíamos citar, correndo o risco de deixar, tantas outras de fora a Fundação Lemann, Instituto Socioambiental (ISA), Viva Rio, Fundação Dorina Nowill para Cegos, Casa Hope, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).

Essas instituições sem fins lucrativos são reconhecidas por seu impacto social, com atuação em diversas áreas de grande relevância para a sociedade brasileira.

A visão marxista sobre o Terceiro Setor e a RSC

O diálogo entre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o marxismo envolve uma análise crítica das motivações, limitações e contradições da RSC dentro de uma perspectiva marxista, que questiona as relações de poder e a estrutura capitalista. Para o marxismo, o sistema capitalista é baseado na exploração da classe trabalhadora pelos detentores do capital, resultando em desigualdade social e concentração de riqueza. As corporações, dentro dessa estrutura, são vistas como agentes que maximizam o lucro às custas dos trabalhadores e do meio ambiente.

A RSC, que busca incorporar preocupações sociais e ambientais nas práticas empresariais, seria vista pelos marxistas como uma tentativa de mitigar os efeitos negativos do capitalismo sem abordar suas causas estruturais. Em outras palavras, a RSC pode ser considerada uma ferramenta que as empresas utilizam para manter sua legitimidade e evitar críticas mais profundas, sem transformar fundamentalmente o sistema que gera essas injustiças.

Os marxistas podem argumentar que a RSC, ao promover práticas de caridade e ações voluntárias para mitigar os danos causados pelas empresas, é um alívio moral que permite ao sistema capitalista continuar funcionando com poucas mudanças estruturais. A RSC oferece uma maneira de suavizar os impactos negativos do capitalismo sem alterar suas bases

econômicas, como a exploração do trabalho e a acumulação de riqueza.

A RSC, sob uma análise marxista, pode ser vista como uma estratégia de relações públicas, em que as corporações usam ações sociais para melhorar sua imagem pública e obter aceitação social, mas sem enfrentar as desigualdades estruturais e as contradições inerentes ao capitalismo.

Para o marxismo, a ideologia é uma ferramenta que as classes dominantes usam para manter seu poder e controle sobre a sociedade. A RSC pode ser vista como uma forma de hegemonia ideológica, onde as corporações promovem uma narrativa de responsabilidade e benevolência, criando a percepção de que o sistema capitalista pode ser humanizado. Sob esse ponto de vista, a RSC reforça a ideia de que é possível conciliar o lucro com o bem-estar social, quando, na perspectiva marxista, o capitalismo é fundamentalmente explorador e não pode ser reformado de forma significativa por meio de ações voluntárias ou caritativas.

Do ponto de vista marxista, o bem-estar social deve ser uma responsabilidade do Estado, e não das corporações privadas, cuja principal motivação é o lucro. A RSC pode ser vista como uma forma de transferir a responsabilidade de questões sociais e ambientais para o setor privado, descentralizando o papel do Estado como provedor de direitos sociais.

Além disso, as iniciativas de RSC podem ser criticadas como parciais e limitadas, pois são guiadas pelos interesses estratégicos das empresas e não pela necessidade de garantir

justiça social de forma equitativa. Isso contrasta com a visão marxista de que a verdadeira mudança social só pode ocorrer por meio da transformação das relações de produção e do controle dos meios de produção pela classe trabalhadora.

O conceito de Criação de Valor Compartilhado (CSV), proposto por Michael Porter e Mark Kramer, sugere que as empresas podem gerar valor econômico ao resolver problemas sociais, aproximando-se de algumas preocupações da RSC. No entanto, de uma perspectiva marxista, esse conceito não resolve a contradição fundamental do capitalismo, onde a maximização do lucro continua sendo a prioridade central, e a criação de valor para a sociedade é secundária. Para o marxismo, a ideia de valor compartilhado não altera as relações de classe ou a natureza exploradora do capitalismo, mas apenas adapta as corporações a um contexto em que é vantajoso (ou necessário) para o próprio lucro abordar questões sociais.

Uma crítica marxista comum é que a RSC é uma tentativa de reformar o capitalismo para evitar crises e pressões sociais, mas sem mudar suas bases estruturais. A RSC pode ser vista como um mecanismo de contenção para suavizar as tensões entre capital e trabalho, em vez de uma abordagem radical que transforme as relações de produção e distribua a riqueza de maneira mais justa.

Nesse sentido, a RSC pode ser interpretada como uma forma de cooptar movimentos sociais que demandam mudanças profundas, oferecendo soluções paliativas que não

desafiam o poder das corporações ou o controle dos meios de produção.

Marxistas argumentam que a exploração do trabalho é central no sistema capitalista. Sob a perspectiva da RSC, as empresas podem adotar práticas que melhorem as condições de trabalho e promovam a inclusão. No entanto, uma análise marxista diria que, enquanto o objetivo final das corporações for maximizar o lucro, a exploração do trabalho não será eliminada; as melhorias feitas pela RSC são apenas superficiais e não resolvem as relações estruturais de exploração entre capital e trabalho.

Greenwashing e Socialwashing

Um ponto de crítica marxista é que muitas práticas de RSC, especialmente no campo ambiental (greenwashing) e social (socialwashing), são usadas para dar uma imagem positiva às empresas sem que haja um compromisso real com a sustentabilidade ou a justiça social. Isso reforça a ideia de que a RSC pode ser usada para mascarar os impactos negativos do capitalismo, sem realizar mudanças substanciais.

Sob uma perspectiva marxista, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), muito fortemente presente no Terceiro Setor, pode ser vista como uma ferramenta que o capitalismo usa para legitimar sua existência, mantendo a aparência de que as empresas podem ser boas cidadãs corporativas ao mesmo tempo que operam em um sistema baseado na exploração. Para os marxistas, a verdadeira solução para os problemas sociais e ambientais exigiria a superação do capitalismo, com uma reorganização das relações de produção e a propriedade coletiva dos meios de produção, em vez de depender de reformas superficiais promovidas por corporações.

A RSC, nesse sentido, não é vista como uma solução para as contradições do capitalismo, mas como uma resposta temporária que permite ao sistema continuar funcionando, enquanto oferece alívio moral e social sem abordar as causas estruturais da desigualdade e da exploração.

Síntese dos principais pontos discutidos

Os principais pontos tratados no texto anexado incluem uma perspectiva histórica e uma análise detalhada sobre o desenvolvimento e impacto do Terceiro Setor. Diferenciado do governo e do setor privado, o Terceiro Setor é composto por organizações voluntárias e sem fins lucrativos que operam para o bem público. Inclui uma análise detalhada de Fernandes (1994) sobre o Terceiro Setor no Brasil, desde as Santas Casas até as ONGs modernas. Enfatiza a evolução histórica das organizações do Terceiro Setor no país, passando pela ditadura militar (1964-1985) e o impacto da redemocratização. Observa uma proliferação de ONGs e movimentos sociais após os anos 80, influenciando políticas públicas e justiça social. Relata como o Terceiro Setor é vital na promoção da coesão social, direitos humanos e na interação com o Estado e o setor privado. Discute a teoria de "falhas de mercado" e "falhas de governo" para explicar a necessidade do Terceiro Setor.

Enfatiza-se o papel crítico das ONGs na implementação de agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, abordando sua flexibilidade e capacidade de mobilização social em cenários complexos. Na Economia Social e o Terceiro Setor apresenta a contribuição de autores como Jacques Defourny e Patrick Develtere na discussão da "economia social" dentro do Terceiro Setor, destacando as cooperativas e empresas sociais.

A profissionalização das ONGs, e a interação com o mercado, destacando a necessidade de inovação e transparência no setor são pontos são baseados na análise das dinâmicas históricas e contemporâneas que moldaram o Terceiro Setor, tanto no Brasil quanto em contextos internacionais.

Reflexão sobre o papel histórico do Terceiro Setor e suas perspectivas futuras

A reflexão sobre as perspectivas futuras do Terceiro Setor pode ser embasada pelas previsões de especialistas como Anheier (2014) e pelos estudos de tendências do Fórum Econômico Mundial (2020), destaca que o Terceiro Setor continuará a crescer em importância, tanto em sua capacidade de suprir falhas do mercado e do Estado, quanto por sua habilidade de promover a coesão social e o fortalecimento da democracia participativa. Ele aponta que o setor será desafiado a manter a transparência e a boa governança, além de enfrentar a necessidade de se profissionalizar e inovar para continuar a cumprir sua missão social.

O Fórum Econômico Mundial (2020)⁶, em seu relatório *The Future of Civil Society*, também prevê que o Terceiro Setor

6 No Fórum Econômico Mundial de 2024, realizado em Davos, o Terceiro Setor foi destacado em discussões sobre sua importância na resolução de desafios globais. A ênfase esteve em como as organizações da sociedade civil, ONGs e outras entidades do Terceiro Setor podem colaborar com o setor privado e governos para lidar com questões críticas como mudanças climáticas, desigualdade social, e saúde global. O fórum reforçou que o Terceiro Setor desempenha um papel crucial em promover uma transição energética justa, com foco na sustentabilidade ambiental e em garantir que o desenvolvimento econômico seja inclusivo e respeite os limites planetários. Além disso, as discussões sobre a inteligência artificial e seu

deverá se adaptar às mudanças tecnológicas e às novas demandas sociais, desempenhando um papel cada vez mais crítico no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco na inovação social e nas parcerias multissetoriais. Ambos os estudos ressaltam a necessidade de adaptação tecnológica como um dos principais desafios do Terceiro Setor. O uso de ferramentas digitais para angariação de fundos, engajamento de voluntários, e a gestão de projetos será essencial para o setor manter sua relevância em um mundo cada vez mais conectado e dinâmico. Para Anheier, as parcerias intersetoriais entre ONGs, governos e empresas serão cada vez mais importantes para maximizar o impacto social e econômico. Ele argumenta que o setor precisa explorar novas formas de financiamento, como os negócios sociais, e alavancar sua capacidade de promover inovações sociais que ajudem a resolver problemas globais. Esses autores apresentam um cenário de contínua relevância do Terceiro Setor, ao mesmo tempo em que enfatizam os desafios de sustentabilidade e adaptação às novas exigências sociais e econômicas.

impacto na sociedade destacaram a importância do Terceiro Setor em garantir que as tecnologias emergentes sejam utilizadas de maneira ética e equitativa. Outro ponto central foi o papel das ONGs e fundações em facilitar a cooperação internacional para enfrentar crises, promovendo inovação social e soluções sustentáveis. A participação do Brasil, liderada por figuras como a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, focou em destacar o país como protagonista na agenda de sustentabilidade e conservação ambiental, exemplificando a importância da sociedade civil brasileira nesse contexto. Em resumo, o Fórum enfatizou que o Terceiro Setor deve continuar a atuar como um mediador e catalisador de mudanças, promovendo uma economia mais sustentável e inclusiva.

Implicações para políticas públicas e práticas sociais

As implicações para políticas públicas e práticas sociais podem ser baseadas em análises de Salamon (1995) e nos relatórios da ONU sobre o desenvolvimento sustentável

Referências

ALMEIDA, M. H. T. **Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2002.

ANHEIER, H. K. **Nonprofit Organizations: Theory, Management, Policy**. Routledge, 2014.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. **The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics**. Cambridge University Press, 2012.

BOLI, J.; THOMAS, G. M. **Constructing World Culture: International Nongovernmental Organizations Since 1875**. Stanford University Press, 1999.

BREMNER, R. H. **American Philanthropy**. University of Chicago Press, 1988.

CLARKE, J. **Changing Welfare, Changing States: New Directions in Social Policy**. Sage Publications, 2004.

CARDOSO, M. A. **O Terceiro Setor no Brasil: Mediador entre Estado e Sociedade Civil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

COSTA, M. V. **O Terceiro Setor e o Desenvolvimento Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

COSTA, M. V. **ONGs, Justiça Social e Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

DAGNINO, E. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil: Dilemas da Participação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DAVIS SMITH, J. **Volunteering in Britain: A Historical Snapshot**. The Volunteer Centre, 1995.

DEFOURNY, J.; DEVELTERE, P. **The Social Economy: The Worldwide Making of a Third Sector**. OECD, 2009.

DRUCKER, P. F. **Managing the Nonprofit Organization: Principles and Practices**. New York: HarperCollins, 1990.

EDWARDS, M. **The Oxford Handbook of Civil Society**. Oxford University Press, 2008.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Princeton University Press, 1990.

FERNANDES, R. C. **Privado Porém Público**: O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **The Future of Civil Society**. World Economic Forum, 2020.

FRUMKIN, P. **On Being Nonprofit**: A Conceptual and Policy Primer. Harvard University Press, 2002.

GIDRON, B.; KATZ, S. N.; HASENFELD, Y. **Mobilizing for Peace**: Conflict Resolution in Northern Ireland, Israel/Palestine, and South Africa. Oxford University Press, 2002.

HALL, P. D. **Inventing the Nonprofit Sector and Other Essays on Philanthropy, Voluntarism, and Nonprofit Organizations**. Johns Hopkins University Press, 1987.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford University Press, 2007.

HELD, D.; MCGREW, A. **Governing Globalization**: Power, Authority and Global Governance. Polity Press, 2002.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório Anual 2020**. Instituto Ayrton Senna, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil**. IPEA, 2020.

JONES, A. H. M. **The Later Roman Empire, 284-602**: A Social, Economic and Administrative Survey. Johns Hopkins University Press, 1964.

JORDAN, W. K. **Philanthropy in England, 1480-1660**: A Study of the Changing Pattern of English Social Aspirations. Routledge, 2006.

KALDOR, M. **Global Civil Society**: An Answer to War. Cambridge: Polity Press, 2003.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists Beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics. Cornell University Press, 1998.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs**: do serviço invisível à profissão impossível. Paz e Terra, 1998.

MCCARTHY, K. D. **American Creed**: Philanthropy and the Rise of Civil Society, 1700-1865. University of Chicago Press, 2003.

MOORE, R. I. **The Formation of a Persecuting Society**: Power and Deviance in Western Europe, 950-1250. Blackwell Publishing, 1987.

NAIDOO, K. **Justice Globalism**: NGOs and the Struggle for Environmental and Social Justice. Oxford: Oxford University Press, 2007.

OLIVEIRA, F. S. **Fundação Abrinq e o Papel das ONGs na Educação Infantil**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. ONU, 2015.

OSBORNE, S. P. **The Third Sector in Europe**: Prospects and Challenges. Routledge, 2008.

OWEN, D. **English Philanthropy, 1660-1960**. Harvard University Press, 1964.

PIERSON, P. **Dismantling the Welfare State?** Reagan, Thatcher, and the Politics of Retrenchment. Cambridge University Press, 1996.

POLANYI, K. **The Great Transformation**: The Political and Economic Origins of Our Time. New York: Farrar & Rinehart, 1944.

POWELL, W. W.; STEINBERG, R. **The Nonprofit Sector**: A Research Handbook. Yale University Press, 2006.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone**: The Collapse and Revival of American Community. Simon & Schuster, 2000.

RAMOS, P. F. **Gestão no Terceiro Setor**: Administração Profissionalizada para Organizações Sociais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RUBENSTEIN, J. R. **Armies of Heaven**: The First Crusade and the Quest for Apocalypse. Basic Books, 2010.

SACHS, J. D. **The Age of Sustainable Development**. Columbia University Press, 2015.

SALAMON, L. M. **Partners in Public Service**: Government-Nonprofit Relations in the Modern Welfare State. Johns Hopkins University Press, 1995.

SALAMON, L. M. **The Resilient Sector**: The State of Nonprofit America*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2003.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **The Emerging Sector Revisited**: A Summary. Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1997.

SCHOLTE, J. A. **Globalization**: A Critical Introduction. Macmillan, 2000.

SHIRKY, C. **Here Comes Everybody**: The Power of Organizing Without Organizations. Penguin Press, 2008.

SINGER, H. **O Terceiro Setor**: desenvolvimento social sustentado? São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

SIQUEIRA, J. C. **Responsabilidade Social Corporativa e o Terceiro Setor: Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Editora UnB, 2003.

SZAZI, E. A. **Terceiro Setor**: Regulação no Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

VAN LEEUWEN, M. H. D. **Mutual Benefits**: The Development of Associations for Collective Action, Vol. 2: Private Organizations in the Netherlands and the Republic of Germany in the 19th and 20th Centuries. Sage Publications, 1994.

WEAVER, P. R. C. **Familia Caesaris**: A Social Study of the Emperor's Freedmen and Slaves. Cambridge University Press, 1996.

Posfácio

Este livro, que ofereceu uma introdução abrangente ao Terceiro Setor, trouxe uma série de reflexões essenciais sobre a relevância e os desafios desse campo. No entanto, ao concluirmos essa leitura, é imprescindível adotar uma postura crítica, aprofundando o debate e questionando algumas das suposições frequentemente associadas ao Terceiro Setor.

O Terceiro Setor, que frequentemente é enaltecido por preencher lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado, também levanta importantes questões sobre o papel que desempenha em uma sociedade profundamente desigual. O quanto essas organizações realmente promovem mudanças estruturais e o quanto, involuntariamente, perpetuam uma lógica de dependência e manutenção do status quo? Será que, ao ocupar espaços que deveriam ser responsabilidade do Estado, o Terceiro Setor não acaba absolvendo governos de suas obrigações fundamentais?

Essa crítica não é um ataque às boas intenções que movem muitas organizações do Terceiro Setor. Pelo contrário, é um convite à reflexão sobre os limites dessas iniciativas. Por mais que as ONGs, fundações e outras entidades sem fins lucrativos tenham um impacto inegável nas comunidades que atendem, é necessário questionar se suas ações estão contribuindo para uma verdadeira transformação social ou se apenas amenizam os sintomas das desigualdades, sem tratar de suas causas.

Outra questão que merece atenção é a dependência financeira dessas organizações de recursos privados, sejam eles oriundos de empresas, indivíduos ou fundações internacionais. Quando o Terceiro Setor se torna dependente de financiadores externos, sua independência pode ser comprometida. Como garantir que as agendas dessas organizações permaneçam focadas nos interesses das comunidades que pretendem atender, e não sejam moldadas pelas prioridades dos financiadores? Esse é um dilema que muitas instituições enfrentam e que exige uma discussão contínua sobre governança, transparência e autonomia.

Em uma sociedade que enfrenta crises políticas, econômicas e ambientais, o Terceiro Setor precisa se fortalecer como um ator que vai além da mitigação dos problemas e que contribui para a construção de um futuro mais justo e igualitário. Para isso, a crítica constante e a autorreflexão são essenciais. Que este livro inspire não apenas o entendimento, mas também o questionamento e a ação.

Cadmo José Victor Dias Viana

Bacharel em Relações Internacionais

Conselho editorial

Presidência

Dr. Erick Viana da Silva
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e
Instituto Internacional Despertando Vocações (IIDV)

Conselheiros

Dr. Airton José Vinholi Júnior
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)

Dr. Alexander Patrick Chaves de Sena
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr.^a Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr. Arquimedes José de Araújo Paschoal
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr. Dewson Rocha Pereira
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dr. Edísio Raimundo Silva
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr.^a Francisca da Rocha Barros Batista
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Dr.^a Iraneide Pereira da Silva
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr. Jaime Patrício Leiva Nuñez
Universidad de Playa Ancha (UPLA)

Dr. Jeymesson Raphael Cardoso Vieira
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dr. José Ângelo Peixoto da Costa
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr. José Ayrton Lira dos Anjos
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dr. Jose Cuauhtemoc Ibarra Gamez
Instituto Tecnológico de Sonora, Ciudad Obregón (ITSON)

Dr.^a Lastenia Ugalde Meza
Universidad de Playa Ancha (UPLA)

Dr.^a Renata Cristine de Sá Pedrosa Dantas
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr. Roberto Gómez Fernández
Ministério da Educação de Luxemburgo

Dr.^a Suzana Pedroza da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Dr.^a Maria Trinidad Pacherez Velasco
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Dr. Thales Ramon de Queiroz Bezerra
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Dr.^a Viviane da Silva Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Coordenação Executiva

Dr.^a Kilma da Silva Lima Viana
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e
Instituto Internacional Despertando Vocações (IIDV)

Mariana Almeida Ferreira Lima
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e
Instituto Internacional Despertando Vocações (IIDV)

Caio Victor Barros Gonçalves da Silva
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e
Instituto Internacional Despertando Vocações (IIDV)

Carolayne Silva de Souza
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e
Instituto Internacional Despertando Vocações (IIDV)

Coordenação Administrativa

MSc. Ayrton Matheus da Silva Nascimento
Instituto Internacional Despertando Vocações (IIDV)

Alexandre Antônio de Lima Júnior
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e
Instituto Internacional Despertando Vocações (IIDV)

